

Relatório Anual

CDEICS

Comissão de
Desenvolvimento Econômico,
Indústria, Comércio e Serviços

2018



CDEICS

**Brasília
2019**



Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

55ª Legislatura 2015 – 2019
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Presidente
Rodrigo Maia (DEM-RJ)

1º Vice-Presidente
Fábio Ramalho (MDB-MG)

2º Vice-Presidente
André Fufuca (PP-MA)

1º Secretário
Giacobo (PR-PR)

2ª Secretária
Mariana Carvalho (PSDB-RO)

3º Secretário
JHC (PSB-AL)

4º Secretário
André de Paula (PSD-PE)

Suplentes de Secretário

1º Suplente
Dagoberto Nogueira (PDT-MS)

2º Suplente
César Halum (PRB-TO)

3º Suplente
Pedro Uczai (PT-SC)

4º Suplente
Carlos Manato (SD-ES)

Diretor-Geral
Lucio Henrique Xavier Lopes

Secretário-Geral da Mesa
Leonardo Augusto de Andrade Barbosa

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

Presidente: Daniel Almeida (PCdoB-BA)

1º Vice-Presidente: Jorge Côrte Real (PTB-PE)

2º Vice-Presidente: Helder Salomão (PT-ES)

3º Vice-Presidente: Antonio Balhmann (PDT-CE)

Diretoria Legislativa
Afrísio Vieira de Lima Filho

Departamento de Comissões
Aparecida de Moura Andrade

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
Membros.....	8
CDEICS em números.....	19
Notícias da comissão que marcaram o ano.....	21
Proposições aprovadas.....	69
Eventos.....	74
Emendas Orçamentárias.....	77
Equipe Técnica.....	85



DEP. DANIEL ALMEIDA
PRESIDENTE DA CDEICS

APRESENTAÇÃO

Em meio à grave crise econômica e política que o Brasil enfrenta, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) da Câmara dos Deputados promoveu debates sobre projetos e temas candentes do desenvolvimento nacional com o objetivo de identificar os entraves e possíveis soluções para os empreendedores brasileiros.

O trabalho da comissão foi elogiado pelos parlamentares e pela sociedade. O comprometimento dos membros e da equipe técnica garantiu vitórias expressivas. Os números dizem por si só. Foram 42 reuniões, sendo: 22 deliberativas, 15 audiências, 3 seminários e outros eventos. Ao longo do ano, foram apreciados 79 projetos, destes 45 aprovados e 34 rejeitados.

Foram realizadas sete audiências públicas, em 2018, denominadas de painéis setoriais, para

discutir questões cruciais para a economia brasileira, como as desestatizações, o papel das estatais e os efeitos sobre as cadeias produtivas. O aumento do desemprego, a importância dos bancos públicos, a desindustrialização, a política de juros e os desafios das empresas nacionais, no mercado global, também foram discutidos em reuniões na Comissão.

Este relatório faz um balanço das atividades em 2018, apresentando um resumo das discussões, deliberações e resultados obtidos pelo colegiado nesse período. A meta é contribuir para que o país supere problemas estruturais e retome rapidamente um desenvolvimento socialmente justo. Muito grato por ter tido a oportunidade de dirigir em 2018 essa comissão fundamental para o país.

Boa leitura!

Daniel Almeida

Deputado Federal (PCdoB-BA)

Presidente da CDEICS

MEMBROS TITULARES





PRESIDENTE: DANIEL ALMEIDA (PCdoB/BA)

Natural de Mairi-Ba, Daniel Gomes de Almeida é Técnico em Instrumentação Industrial, formado pela antiga Escola Técnica da Bahia (hoje IFBA), e possui curso superior de Licenciatura em História. Iniciou sua militância política nas assembleias operárias do Pólo Petroquímico de Camaçari.

Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado da Bahia (Sinditextil), no período de 1983 a 1989, e da Central Única dos Trabalhadores Metropolitana, entre 1993 e 1995, liderando importantes greves operárias no Centro Industrial de Aratu (CIA) e apoiando movimentos dos trabalhadores em Camaçari e outras concentrações industriais da Região Metropolitana de Salvador.

Foi vereador de Salvador pelo Partido Comunista do Brasil por quatro mandatos, entre 1989 e 2003, e em 1998 se candidatou ao Senado. Como presidente da Comissão de Defesa dos Direitos do Cidadão da Câmara de Salvador intermediou o acordo que determinou a existência de empacotadores nos supermercados, deflagrou a campanha contra o cartel dos combustíveis e buscou o Ministério Público contra a Taxa de Iluminação Pública. Foi ele quem elaborou o Manual de Orientação a Pais de Alunos, para defendê-los dos abusos das escolas pagas. E foi o autor da lei dos 15 minutos nas filas dos

bancos e da proposta de ampliação do horário de atendimento bancário para 8 horas diárias. Em 2002 Daniel foi eleito deputado federal para o primeiro mandato com 95.485 votos. Nas eleições de 2010 foi o deputado federal mais votado do PCdoB na Bahia, reeleito com 135.817 mil votos. Nas eleições de 2014 mais uma vez foi campeão nas urnas, atingindo a marca de 135.382 mil votos.

Líder do PCdoB duas vezes (2009 e 2016) na Câmara Federal, Daniel Almeida tem se destacado no Congresso Nacional. No quarto mandato como deputado federal, é um dos parlamentares mais atuantes em Brasília, indicado por oito vezes consecutivas pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) como um dos 100 “Cabeças” do Congresso Nacional.

Desde o primeiro mandato, participa da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Casa e busca pautar matérias em favor dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras, sobretudo nos tempos atuais onde a luta tem sido árdua em defesa do trabalho. Teve destaque sua atuação nas políticas de valorização do salário mínimo, contra a terceirização, reforma trabalhista e pelas conquistas dos direitos dos trabalhadores. Daniel também defende a redução da jornada de trabalho, além de outros projetos de interesse social pela preservação do patrimônio público. O parlamentar baiano denuncia o desmonte dos bancos públicos, esvaziamento e sucateamento das instituições. Luta em defesa dos Agentes Comunitários de Saúde e Combate a Endemias e busca aprovar matérias que valorizem e o reconheçam o papel fundamental dos agentes para o desenvolvimento da saúde pública no país.

Em 2018 atuou como presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados (CDEICS), deliberando sobre temas importantes para a população brasileira.

1º VICE-PRESIDENTE: JORGE CÔRTE REAL (PTB/PE)



Jorge Côrte Real nasceu em Salvador, mas se mudou para Recife com pouco mais de um ano de idade. Jorge passou a infância no bairro da Tamarineira, estudou em colégios tradicionais e tinha o futebol como sua grande paixão. É casado com Maria Ângela Tavares de Barros Côrte Real, pai de quatro filhos e tem sete netos.

À frente da empresa familiar A.B Côrte Real & Cia. Ltda. e mais tarde como sócio na Incorporadora Carrilho & Real Empreendimentos Ltda, exerceu papel empresarial que o levou para sindicato da classe patronal – Sinduscon-PE (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Pernambuco) em 1987. No sindicato ele foi diretor, 1º tesoureiro, vice-presidente e chegou à presidência, posto que ocupou por duas vezes de 1993-1995 e de 1999-2001.

Em 1995, Jorge Côrte Real assumiu a função de diretor-secretário na Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe). Na entidade, em 1998, passou à vice-presidência e chegou ao cargo de presidente em 2004, sendo reeleito por dois mandatos consecutivos até 2016.

Côrte Real dirige a Fiepe - entidade que representa as indústrias instaladas em Pernambuco nos mais diversos setores. O empresário ainda compõe a diretoria da Confederação Nacional da Indústria – CNI, como vice-presidente até 2014. E também está à frente da presidência do Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/PE, além de ser diretor Regional do Serviço Social da Indústria - SESI/PE e presidente do Conselho Regional do Insti-

tuto Euvaldo Lodi – IEL-PE. Tais instituições estão ligadas ao Sistema S (Fiepe).

Em 2003 e 2004, concomitantemente com a presidência da Fiepe, Côrte Real assumiu o comando do conselho do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE - PE.

A liderança empresarial o fez entrar na política partidária em 2010, quando disputou pela primeira vez uma eleição para deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo reeleito em 2014-2018. Eleito com mais de 60 mil votos pelos pernambucanos, Côrte Real faz parte da 54ª legislatura da Câmara Federal e atualmente atua como 2º vice-presidente do Diretório Regional do PTB em Pernambuco.



2º VICE-PRESIDENTE: **HELDER SALOMÃO** (PT/ES)

2002, foi eleito deputado estadual do Espírito Santo.

Em 2004 Helder venceu as eleições para prefeitura de Cariacica. Quatro anos depois entrou para história como o primeiro prefeito reeleito da cidade. Deixou a gestão municipal em 2012 com aprovação recorde no município.

Como prefeito, Salomão foi 18 vezes premiado pela sua eficiente gestão e pelo apoio às micro e pequenas empresas, o que o levou a ser eleito pelo Sebrae, por três vezes consecutivas, Prefeito Empreendedor do Estado e por uma vez Prefeito Empreendedor do Brasil.

Em âmbito nacional foi vice-presidente para Assuntos da Micro e Pequena Empresa e do Empreendedor Individual da Frente Nacional de Prefeitos (FNP). No Espírito Santo, assumiu como vice-presidente o Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (Condevit) e coordenou a Região Metropolitana da Grande Vitória da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes).

Participou de duas Missões Técnicas Internacionais do Sebrae Nacional para intercâmbio de experiências com países europeus sobre políticas de apoio à micro e pequena empresa na Espanha, Itália, Inglaterra e Escócia.

Ao deixar a prefeitura, assumiu a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Espírito Santo, onde defendeu essas políticas de fevereiro de 2013 a março de 2014. Neste mesmo ano, elegeu-se deputado federal com 83.967 votos.

Helder Ignacio Salomão nasceu em 1964, na localidade de Córrego Alto Moacir, município de Colatina, interior do Espírito Santo, hoje cidade de Governador Lindenberg. Filho de Nadir e Demétrio, saiu da casa dos seus pais aos 10 anos de idade para morar em Cariacica, Região Metropolitana do Estado, onde foi estudar. Nesta cidade construiu sua vida ao se graduar professor de filosofia, iniciar sua trajetória política, casar-se com a professora Vera e criar seus filhos, Sofia e Pedro.

Sua vida acadêmica teve início no Instituto de Filosofia e Teologia da Arquidiocese de Vitória e mais tarde foi aluno da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especializou-se em Planejamento Educacional pela Universidade Salgado de Oliveira do Rio de Janeiro, cursos que o capacitaram para atuar nas salas de aula das escolas capixabas como professor de filosofia.

Em 1980, Helder Salomão deu os primeiros passos na sua militância nas Comunidades Eclesiais de Base e nos movimentos sociais. Em 1982 se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT) e em 1993 assumiu seu primeiro mandato eletivo como vereador em Cariacica. Em

3º VICE-PRESIDENTE: **ANTONIO BALHMANN** (PDT/CE)

Antonio Balhmann Cardoso Nunes Filho nasceu no dia 22 de agosto de 1949, no município de Russas, situado na Região do Baixo Jaguaribe, no estado do Ceará. É graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Ceará – UFC, com curso de especialização em consultoria empresarial e estágio nas empresas do polo petroquímico da Bahia.

Filho de Francisca de Matos Nunes, Antonio Balhmann Cardoso Nunes é casado com Lúcia Maria Tabosa e tem um filho, Bruno Teles Nunes.

Iniciou sua carreira profissional no Serviço de Apoio às Pequenas e Micro Empresas – Sebrae, foi diretor-Superintendente e presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae. Incursionou pelo magistério superior, lecionando no curso de Engenharia Mecânica da Universidade de Fortaleza – Unifor.

Como homem público, Balhmann exerceu os cargos de secretário estadual de Indústria e Comércio (1988-1991), no governo Tasso Jereissati, Secretário Estadual de Indústria Comércio e Turismo (1991-1994), no governo Ciro Gomes, Gerente-geral da Unidade de Gerenciamento de Financiamento do Ministério da Integração Nacional (2004-2006), no governo Lula, e Diretor-Presidente da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. (Adece), no governo Cid Gomes.

Na política partidária, Antonio Balhmann concorreu pela primeira vez à Câmara Federal em 1994, tendo sido eleito o deputado federal mais votado do Ceará e o sexto mais votado do país, com 124.667 votos, para a legislatura 1995-1999.



Em 2010, Antonio Balhmann é eleito novamente à Câmara dos Deputados para a legislatura 2011-2015, com 88.562 votos. Atuou como presidente da Frente Parlamentar Mista da Fruticultura, Frente Parlamentar Mista da Energia Alternativa e Frente Parlamentar Mista dos Agentes de Abastecimento do Pequeno e médio Varejo. Também foi coordenador estadual da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa e membro Titular da Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio e da Comissão Especial que instituiu o Novo Código Comercial.

Em 2013, foi eleito coordenador da bancada federal cearense no congresso, formado por 22 deputados e 3 senadores. Em outubro de 2013 foi eleito vice-líder da bancada federal do Partido Republicano da Ordem Social (Pros).



Arthur Maia
DEM/BA



Augusto Coutinho
SD/PE



Dagoberto Nogueira
PDT/MS



Fernando Torres
PSD/BA



Giovani Feltes
MDB/RS



Giuseppe Vecci
PSDB/GO



Keiko Ota
PSB/SP



Marcos Reategui
PSD/AP



Rubens Otoni
PT/GO



Laercio Oliveira
PP/SE



Vander Loubet
PT/MS



Márcio Biolchi
MDB/RS



Walter Ihoshi
PSD/SP

MEMBROS SUPLENTES





Covatti Filho
PP/RS



Herculano Passos
MDB/SP



Aureo
SD/RJ



Eli Corrêa Filho
DEM/SP



Lucas Vergilio
SD/GO



Benjamin Maranhão
MDB/PB



Goulart
PSD/SP



Luiz Carlos Ramos
PR/RJ



Miguel Corrêa
PT/MG



Yeda Crusius
PSDB/RS



Marcos Soares
DEM/RJ



Sergio Vidigal
PDT/ES



Luis Carlos Heinze
PP/RS



Marinaldo Rosendo
PP/PE



Otavio Leite
PSDB/RJ



Vinicius Carvalho
PRB/SP



Vitor Lippi
PSDB/SP

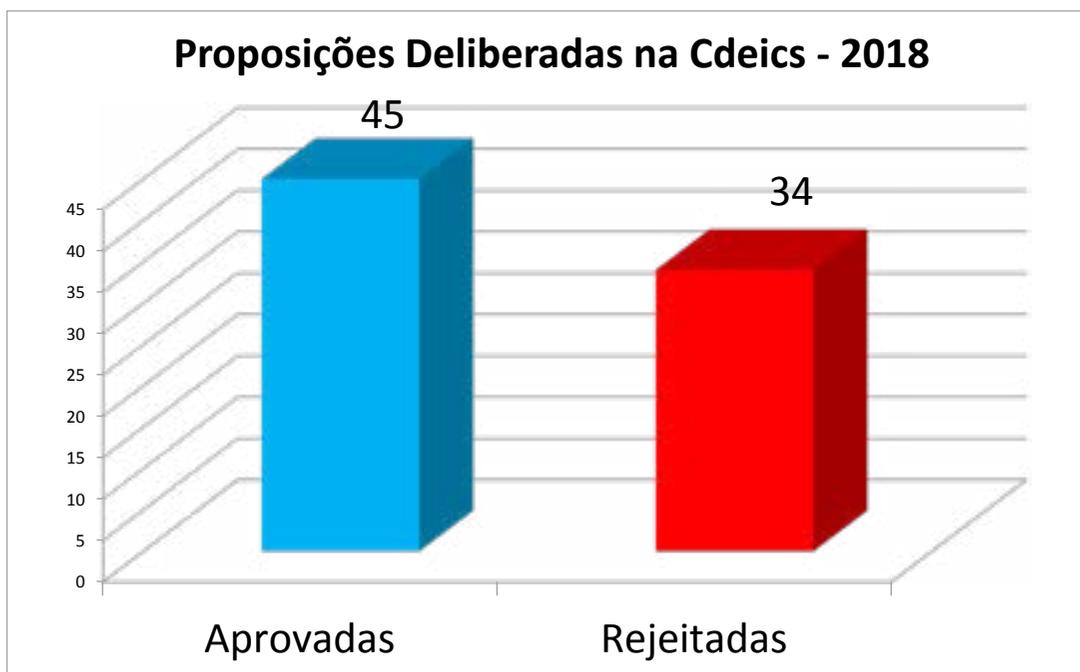
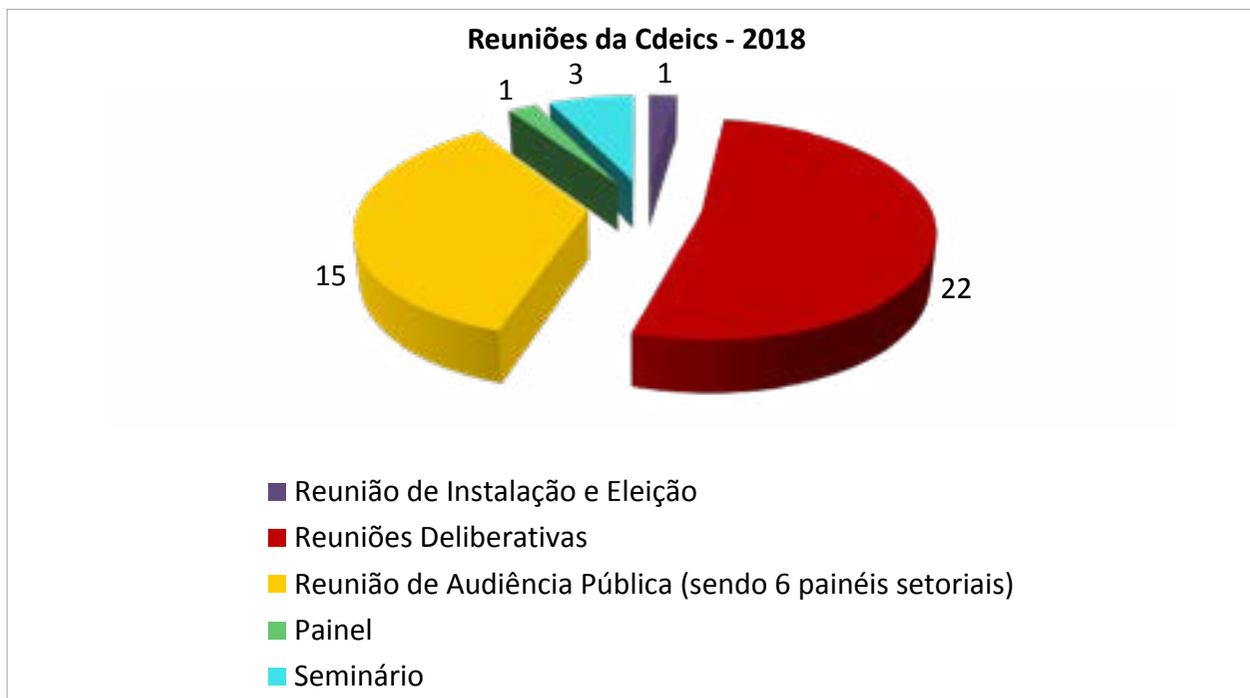


Joaquim Passarinho
PSD/PA

CDEICS EM NÚMEROS

Ao longo de 2018, foram 42 reuniões, sendo 22 deliberativas; 15 audiências públicas; 3 seminários e outros eventos. Nesse período, foram apreciados 79 projetos, destes 45 aprovados e 34 rejeitados.





NOTÍCIAS DA COMISSÃO QUE MARCARAM O ANO



CDEICS ELEGE COMO PRESIDENTE O DEPUTADO DANIEL ALMEIDA

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços elegeu, em 11 de abril de 2018, o deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA) para presidente do colegiado.

11/04/2018

Michel Jesus/Câmara dos Deputados



A eleição do Deputado foi fruto de uma escolha unânime entre os membros presentes na reunião e marca o início dos traba-

lhos legislativos da CDEICS. A escolha dos demais membros que assumiram os cargos de vice-presidentes foi realizada nas semanas seguintes.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO INICIA OS TRABALHOS LEGISLATIVOS

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEIC) realizou, na quarta-feira (18/04), sua primeira reunião ordinária deliberativa sob a presidência do deputado federal Daniel Almeida (PCdoB-BA).

18/04/2018

Entre os pontos da pauta aprovados, destacam-se o relatório do deputado Jorge Côrte Real (PTB-PE) pela aprovação do PDC 773/17, que versa sobre o texto do Protocolo de Revisão da Convenção Internacional para a Simplificação e a Harmonização dos Regimes Aduaneiros (Convenção de Quito Revisada) e também o relatório sobre o PDC 851/17, também de relatoria de Real pela aprovação

de um texto de acordo entre Brasil e México para reconhecimento mútuo da cachaça e da tequila, como produtos distintivos das duas nações.

A reunião ainda deliberou pela aprovação do Requerimento 153/2018, de autoria do Deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), para a realização de seminário externo, sobre os impactos dos desinvestimentos da Petrobras na

Michel Jesus/Câmara dos Deputados





Deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), presidente da CDEICS, em entrevista a TV Câmara, informa as ações a serem realizadas pela Comissão em 2018.

indústria nacional, e as consequências na economia da Bahia, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.

Na oportunidade, foi aprovada, também, a inclusão dos seguintes convidados para o referido seminário: governador da Bahia, Rui Costa; presidente da Petrobras, Pedro Parente; Fernando Figueiredo, da ABIQUIM (Associação Brasileira das Indústrias Químicas); coordenador geral da FUP (Federação Única dos Petroleiros), José Maria Rangel; presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, Antonio Ricardo Alvarez Alban; presidente do Sindipetro-Bahia, Deyvid Barcelar; diretor do SINDIQUÍMICA, José Pinheiro Almeida Lima; presidente da Fecomércio, Carlos de Souza Andrade; economista Armando Avena; presidente da CTB (Central dos Trabalhadores (as) do Brasil), Pascoal Carneiro e presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores da Bahia), Cedro Costa e Silva.



Visita do Ministro Eleazar Velasco Navarro, Vice Chefe de Missão da Embaixada do México no Brasil ao Presidente da CDEICS, Deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA).

Na sessão, foram também aprovados os requerimentos 151 e 152, de autoria do deputado Otávio Leite (PSDB-RJ). O Requerimento 151/2018 dispõe sobre “a realização de Painel na cidade do Rio de Janeiro, para debater o Blockchain (protocolo de confiança), seu uso na gestão pública, no desenvolvimento econômico e no combate à corrupção”. Já o Requerimento 152/2018 solicita a realização de Audiência Pública para debater a implementação da Lei n.º 13.636/2018, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)”. Nele foi aprovada inclusão do convidado José César da Costa, presidente da CNDL (Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas).

Na ocasião, o presidente da CDEICS, deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), agradeceu o apoio dos parlamentares para presidir a Comissão. Ele disse ainda que esperava para a próxima reunião a eleição dos demais membros da Mesa e a aprovação do plano de trabalho da Comissão no ano de 2018.

CDEICS APROVA PROJETO QUE CASSA CNPJ DE EMPRESAS QUE FIZEREM USO DE TRABALHO ESCRAVO DIRETA OU INDIRETAMENTE

Na quarta-feira (25/04), a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços aprovou parecer sobre o Projeto de Lei (PL) 7946/17 que determina a cassação da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de empresas que fizerem uso direto ou indireto de trabalho escravo.

26/04/2018

Cléia Viana/Câmara dos Deputados



O projeto acrescenta o Artigo 3º à Lei nº 4.503, de 30 de novembro de 1964, dispondo da seguinte redação: “Art. 3º-A. Sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação em vigor, as empresas que, comprovadamente, por meio de processo administrativo ou

judicial, fizerem uso direto ou indireto de trabalho escravo ou análogo ao de escravo terão sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) cancelada, e seus dirigentes ficarão impedidos de atuarem no mesmo ramo de atividade pelo período de dez anos.



Deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA) apresenta requerimento para debater o desenvolvimento nacional.

A mesma penalidade será aplicada às empresas que adquirirem, com conhecimento do fato, produtos oriundos da exploração, direta ou indireta, do trabalho escravo ou análogo ao de escravo”.

O autor do projeto, deputado Roberto de Lucena (PV-SP), justifica sua proposta com o argumento de que mesmo com as variadas medidas punitivas já existentes, o resultado alcançado no combate ao trabalho escravo no Brasil tem se mostrado muito aquém do desejado e desejável.

O parecer pela aprovação foi do relator, deputado Aureo (SD-RJ), com incorporação de emenda adotada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Na ocasião, foram aprovados ainda os pareceres dos seguintes projetos de lei: PL 7172/17, de autoria do deputado Severino Ninho (PSB-PE), que “Dispõe sobre a cobrança de tarifa reduzida para motos em estacionamentos privados de shoppings, centros comerciais ou estabelecimentos semelhantes”, relator deputado Jorge Côrte Real (PTB-PE);

PL 5491/16, autor deputado Marinaldo Rosendo (PP-PE), que “modifica a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, para permitir a dedução de valores gastos com programas de alimentação do trabalhador por pessoas jurídicas tributadas na sistemática do lucro presumido e Simples Nacional”, relator deputado Helder Salomão (PT-ES) e PL 7563/17, autora deputada Dâmina Pereira (PODE/MG), que “institui regime especial de tributação aplicável à pessoa jurídica que contrate empregado pertencente à família beneficiária do Programa Bolsa Família”.

A reunião aprovou também dois requerimentos referentes à realização de audiências públicas. Um de autoria do deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO), para a “debater a abertura comercial do Brasil como forma de promoção do desenvolvimento econômico do país” (Req. 154/18) e o outro de autoria do deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), que “visa tratar de temas candentes do desenvolvimento nacional e os entraves econômicos dos diversos setores da economia” (Req. 156/18).

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO APROVA TARIFA MENOR PARA MOTO EM ESTACIONAMENTO DE SHOPPING

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços aprovou proposta que obriga os estacionamentos de shoppings e centros comerciais a cobrarem das motocicletas uma tarifa proporcional ao espaço que elas ocupam, em relação aos automóveis.

Sérgio Pedro/CDEICS

03/05/2018



Para o relator, deputado Jorge Côrte Real (PTB-PE), a cobrança reduzida para motos é justa e não acarretará custos aos shoppings e centros comerciais

O relator, deputado Jorge Côrte Real (PTB-PE) rejeitou a proposta original (PL 942/15), de autoria do deputado Luiz Carlos Ramos (PR-RJ), que isenta do pagamento de estacionamento os consumidores que comprovarem despesas correspondentes a pelo menos 10 vezes o valor da taxa.

Côrte Real também rejeitou outros seis projetos apensados e recomendou a aprovação de apenas um apensado (PL 7172/17), do deputado Severino Ninho (PSB-PE). Segundo o relator, a medida pode ser facilmente ajustada pelos estabelecimentos comerciais, sendo inclusive uma vantagem competitiva.

“A cobrança de tarifa reduzida para motos, tendo em vista que os veículos tipo motocicletas possuem, normalmente, dimensões menores que os automóveis, justifica que os preços sejam distintos daqueles cobrados pelos demais veículos, não acarretando em custos aos empreendimentos”, afirmou o parlamentar.

A proposta também estabelece que os valores das tarifas sejam afixados de forma ostensiva na entrada do estacionamento e nos locais de pagamento.

Reportagem – Luiz Gustavo Xavier
Edição – Roberto Seabra
Fonte: Câmara Notícias

COMISSÃO APROVA REDUÇÃO TRIBUTÁRIA PARA EMPRESA QUE CONTRATAR BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 7563/17, da deputada Dâmina Pereira (Pode-MG), que institui regime especial de tributação para empresas que tenham pelo menos 40% dos empregados oriundos de famílias beneficiárias do Bolsa Família.

09/05/2018

As empresas terão redução de 40% a 100% em quatro tributos (IRPJ, CSLL, PIS e Co-fins), de acordo com o percentual de trabalhadores no programa. Para locais com 40% de beneficiários, por exemplo, a redução será de 40%. O pagamento desses tributos poderá ser dispensado em caso de contratação exclusiva de beneficiários.

Para cálculo do percentual, não serão considerados contratos de trabalho de experiência, com duração total inferior a 30 dias ou que tenham sido rescindidos antes do dia 15 do respectivo mês. Micro e pequenas empresas não poderão ser beneficiadas pela proposta.

O texto condiciona a redução tributária à regularidade fiscal da empresa, à manutenção de documentos para comprovar o vínculo com o Bolsa Família e a programa de treinamento e capacitação de mão de obra. Pela proposta, o treinamento poderá ser feito pelas entidades do Sistema S.

Alex Ferreira/Câmara dos Deputados



Helder Salomão (PT-ES) ressalta que a proposta atenua o impacto fiscal do Bolsa Família: quando o empregado receber o primeiro salário, a família do então beneficiário terá o pagamento do programa assistencial suspenso.

Mercado de trabalho

O relator na comissão, deputado Helder Salomão (PT-ES), recomendou a aprovação da matéria. “O projeto reforça um programa assistencial bem-sucedido, que diminui a vulnerabilidade social da população de baixa renda, viabilizando uma ‘porta de saída’ para os beneficiários no mercado de trabalho”, afirmou.

Salomão acrescentou que a União economizará recursos pagos diretamente às famílias beneficiadas pelo Bolsa Família cujos membros forem contratados dentro do regime, atenuando o impacto fiscal. “Outro aspecto positivo é a participação da empresa no treinamento da mão de obra contratada, o que contribuirá para a elevação da produtividade e da empregabilidade futura desse segmento populacional desfavorecido”, observou.

Ainda conforme o projeto, quando o empregado receber o primeiro salário, a família terá o pagamento do Bolsa Família suspenso. Pelo texto, o benefício suspenso não poderá ser redirecionado para outra família. Caso o empregado seja demitido e a família ainda se enquadre no programa assistencial, o benefício voltará a ser dado.

Tramitação

A proposta, que tramita em caráter conclusivo e já foi aprovada pela Comissão de Seguridade Social e Família, ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Noéli Nobre
Edição – Marcelo Oliveira
Fonte: Agência Câmara

Sérgio Pedro/CEDEICS



ATIVIDADE EXTERNA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO DEBATE IMPACTOS DO FECHAMENTO DE FÁBRICA DA PETROBRAS NA BAHIA

Seminário realizado, em 7 de maio, em Salvador (BA), pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) promoveu o debate sobre o “Papel da Petrobras na economia da Bahia”.

Arquivo CDEICS



João Leão, Vice-governador da Bahia, saúda os participantes do Seminário e parabeniza a iniciativa do Dep. Daniel Almeida

11/05/2018

O evento, aberto ao público, discutiu os impactos dos desinvestimentos da Petrobras na indústria nacional e no estado, no auditório 1, do Senai Cimatec, em Salvador, na Bahia.

O seminário tratou sobre as mudanças ocorridas na empresa e seus impactos sociais, no mundo do trabalho e na economia da região. Segundo

o presidente da comissão, deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), “a notícia de desativação das atividades das unidades da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Bahia (Fafen-BA) mobilizou parlamentares, trabalhadores e os governos da Bahia e Sergipe, que conseguiram prorrogar a efetivação da medida, para o próximo semestre, não afastando, efetivamente, a ameaça de fechamento das

unidades.” Conforme o parlamentar, há a possibilidade de mais de mil trabalhadores diretos perderem os seus postos de trabalho com a desativação. “A Fafen/BA movimenta uma enorme cadeia, e o seu fechamento representará um baque na economia da Bahia”, disse Daniel Almeida.

Em meio à discussão, Radiovaldo Costa (Sindicato Petro- BA – FUP) considerou muito importante a iniciativa do deputado Daniel Almeida em promover o debate sobre a situação da Petrobras e os efeitos do desinvestimento na economia da Bahia. Ele pediu engajamento de todos os trabalhadores na defesa do setor petroquímico e disse que o sindicato não descansará enquanto não barrar a destruição da indústria pelo governo.

O presidente da CTB/BA, Pascoal Carneiro, falou da importância da preservação da indústria nacional. Afirmou ainda que a Bahia e o Brasil precisam de desenvolvimento nacional, com geração de trabalho digno e investimento em educação. E repudiou a tentativa de destruição do pólo petroquímico baiano e com isso o aumento do desemprego na região.

O vice-governador João Leão parabenizou todos os participantes do seminário e disse que o governo estadual fará tudo o que for possível para evitar que a decisão de fechar a Fafen traga danos para toda a Bahia e que a população pode contar com os esforços do governador Rui Costa para proteger a economia do Estado e os empregos dos baianos.

Já Roberto Fiamenghi (FIEB) destacou a importância do petróleo para a Bahia, onde foi perfurado o primeiro poço de petróleo no Brasil. “É difícil falar da economia baiana sem retornar ao início da exploração do petróleo na Bahia. Na década de 40, se perfurou o primeiro poço em Lobato, não sendo comercialmente favorável sua exploração, mas em 1941 se perfurou o primeiro

poço comercialmente rentável em Candeias, do Estado da Bahia e do Brasil, então a Bahia está intimamente ligada à exploração do petróleo no Brasil”, disse Fiamenghi.

Segundo ele, logo depois vem a Refinaria Landulpho Alves, que foi a primeira refinaria nacional de petróleo. Sua criação, em setembro de 1950, foi impulsionada pela descoberta do petróleo na Bahia e pelo sonho de uma nação independente em energia. Localizada no Recôncavo Baiano, sua operação possibilitou o desenvolvimento do primeiro complexo petroquímico planejado do país e maior complexo industrial do Hemisfério Sul, o Polo Petroquímico de Camaçari. Depois da criação em 1971 da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen), chegou o polo petroquímico, vem a indústria de transformação e também a indústria de produtos acabados (automotivos, eletrodomésticos etc.).

Atualmente, a produção de petróleo na Bahia tem 93 campos em operação, com 1,3 mil poços ativos. É o terceiro maior produtor do Brasil, gerando 6 mil postos de trabalho e garantindo para a Bahia em royalties R\$ 400 milhões por ano. A geração de ICMS está na ordem de R\$ 4,5 bilhões. Já o Polo Petroquímico fornece 45 mil postos de trabalho, gerando R\$ 1 bilhão de ICMS para o Estado. Essa cadeia produtiva é de suma importância para a Bahia e para o Brasil. O fechamento da Fafen trará grandes prejuízos para a economia.

“A Bahia vai sair do mapa de investimentos da Petrobras com o encerramento das operações realizadas nos terminais marítimos, desativação das sondas de perfuração terrestre utilizadas para encontrar novos reservatórios e desmonte do setor de biocombustível. Por isso, estamos mobilizando a sociedade, trabalhadores, governo da Bahia, empresários para discutir essas importantes questões”, afirmou Daniel Almeida.

COMISSÃO APROVA REGULAMENTAÇÃO DE ESCRITÓRIO VIRTUAL E COWORKING

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços aprovou, na quarta-feira (16/05), projeto de lei que regulamenta o funcionamento de escritórios virtuais, business centers, coworkings e assemelhados em todo o País (PL 8300/17).

18/05/2018

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Credibilidade

Carvalho destacou a importância da regulamentação dos escritórios virtuais e coworkings no País. “O estabelecimento de regras claras de enquadramento, limitações e obrigações do segmento é fundamental para que haja credibilidade, relacionamento transparente com as autoridades e segurança para o usuário”, disse.

Esses espaços coletivos abrigam, em um único local, empreendedores e profissionais liberais dos mais diversos setores da economia, que compartilham o gerenciamento e a infraestrutura instalada, como telefone, internet e segurança. O esquema coletivo reduz os custos de manutenção das instalações físicas para os usuários.

Pelo texto aprovado, são considerados escritórios virtuais, business centers e coworkings os empreendimentos autorizados a sediar múltiplas empresas ou que forneçam uma combinação ou pacote de serviços administrativos. Entre estes serviços estão a cessão do endereço com registro em órgãos oficiais, a prestação de serviços de recepção, secretariado, atendimento telefônico e espaço físico com salas para reuniões, auditórios e recepção.

Para se caracterizar especificamente como coworking, é necessária uma sala multiempresarial, onde os clientes desenvolvem atividades econômicas em um mesmo espaço. Segundo o texto, lei específica ou regulamento deverá determinar as atividades não permitidas aos usuários dos escritórios compartilhados.

Deveres

Entre as obrigações dos escritórios virtuais, business centers e coworkings estão permanecer em funcionamento durante o horário comercial; manter alvarás de localização e funcionamento originais, cópias dos atos constitutivos, cadastra-



Carvalho destacou a importância da regulamentação dos escritórios virtuais e coworkings

mento fiscal, documentação societária, e informações sobre os usuários.

Esses espaços devem comunicar aos órgãos competentes, em até 30 dias, qualquer alteração nos dados dos usuários que possam influir na arrecadação ou fiscalização de suas atividades.

Já os usuários dos escritórios virtuais deverão, entre outras normas, estar inscritos nos órgãos municipais, estaduais e federais, e manter procuração com poderes para receber, em seu nome, notificações de órgãos públicos. Segundo o texto, não será responsabilidade dos escritórios virtuais infração de qualquer natureza cometida pelos usuários.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora pelas comissões de Comissão de Finanças e Tributação; e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem - Janary Júnior

Edição – Wilson Silveira - Fonte: Agência Câmara

COMISSÃO EXIGE QUE SITE DE FABRICANTE DE BEBIDA TRAGA INFORMAÇÕES SOBRE RECICLAGEM DE EMBALAGENS

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou proposta que obriga fabricantes de bebidas a informarem nas embalagens dos produtos o endereço eletrônico onde o consumidor encontrará informações sobre reciclagem.

21/05/2018

Pelo texto, o site deverá conter informações sobre o descarte das embalagens, tais como:

- procedimentos necessários à reciclagem voluntária dos vasilhames;
- destinação correta após o consumo e danos ao meio ambiente; e
- programas desenvolvidos para a coleta dessas embalagens.

Relator na comissão, o deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA) apresentou parecer pela aprovação do texto principal – Projeto de Lei 3548/15, do deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) – e de outros dois apensados (3813/15 e 9996/18), na forma de um substitutivo.

O texto original do PL 3548/15 obriga fabrican-

tes de bebidas a informar nas embalagens do produto feito em polietileno tereftalato (PET) e alumínio o valor que pagarão pela recompra do vasilhame, mas o relator discordou da inclusão desses dados nas embalagens. “Sugere-se que no rótulo das bebidas contenha apenas o endereço eletrônico do fabricante e particularidades do produto já exigidas por lei.”

Segundo Passarinho, “é relevante destacar que grande parte do que está nas três proposições se encontra na Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei 12.305/10. Entretanto, infelizmente, até o presente momento, não conseguiu ser implementada, principalmente por falta de investimentos”, observou Passarinho, que optou pela rejeição de outros dois projetos apensados.

O texto aprovado prevê que a nova lei, se aprovada, entrará em vigor 180 dias após sua aprovação.

Tramitação

O substitutivo será ainda analisado conclusivamente pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara

Sérgio Pedro/CDEICS



SETOR PRODUTIVO, PAPEL DO ESTADO E DESNACIONALIZAÇÃO



Sérgio Pedro/CDEICS

Haroldo Lima destaca a importância da valorização da indústria.

23/05/2018

Em 2018, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) abriu a série de debates estratégicos para o desenvolvimento nacional com um painel que discutiu o setor produtivo, o papel do Estado e a desnacionalização.

Os palestrantes convidados para discorrer sobre o tema proposto foram Haroldo Lima, ex-deputado federal consituente, ex-presidente da Agência Nacional do Petróleo (ANP), sendo atualmente consultor de empresas petrolíferas brasileiras e Luís Paulo Bresciani, técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Haroldo Lima apresentou um panorama histórico sobre a política nacional de desenvolvimento do Estado e suas fases de declínio. Concluiu defendendo uma nova política de desenvolvimento nacional nos atuais moldes tecnológico e científico.

Luís Bresciani apresentou o atual quadro da indústria e do desenvolvimento no Brasil. Disse que a indústria brasileira vem perdendo participação no Produto Interno Bruto (PIB), sendo que em 30 anos, a participação da indústria de transformação no PIB caiu pela metade. Entre 2010 e 2015, a perda de emprego industrial está fortemente concentrada na Região Sudeste e no Estado de São Paulo. Bresciani concluiu dizendo que está em jogo a política industrial e tecnológica no país.

Participou do debate o deputado Antonio Bahmann (PDT-CE). Ele considerou o tema de grande importância para a Câmara dos Deputados e sociedade, sendo questão central no país. Para o parlamentar, o Brasil tem papel significativo na economia e na industrialização regional.

Também participou da discussão o Embaixador da Bolívia no Brasil senhor José Kinn Franco. Ele relatou a situação da Bolívia com a política de privatizações nos anos 90, gerando grandes crises, com problemas econômicos, políticos, tecnológicos e sociais. Esses danos foram revertidos com a eleição do presidente Evo Morales, que implantou uma política de desenvolvimento nacional, de fortalecimento da indústria e de forte combate à corrupção.

O presidente da CDEICS, deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), encerrou o evento agradecendo a contribuição dos palestrantes e demais participantes e disse que a Comissão dará prosseguimento aos debates sobre o desenvolvimento nacional, corroborando com soluções para o país sair da atual crise econômica, política e social.

DEPUTADO JORGE CÔRTE REAL FOI ELEITO PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE DA CDEICS

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços elegeu o deputado Jorge Côrte Real (PTB-PE) para o cargo de primeiro vice-presidente do colegiado durante reunião ordinária na quarta-feira (23/05).

23/05/2018

O presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), iniciou os trabalhos da reunião convocando os membros para participar da eleição do primeiro vice-presidente e da aprovação do Acordo de Procedimentos 2018 da CDEICS.

O deputado Jorge Côrte Real (PTB-PE) foi o único candidato ao cargo de primeiro vice-presidente, conforme acordo das lideranças partidárias. O deputado foi eleito com 10 votos favoráveis e nenhum contrário. Após a proclamação do resultado da eleição, o presidente Daniel Almeida (PCdoB-BA) convidou Real para compor a mesa dos trabalhos da Comissão.

O primeiro vice-presidente agradeceu o voto de confiança dos colegas parlamentares e disse que irá se esforçar ao máximo, agregando a sua experiência na CDEICS, para ajudar o presidente, deputado Daniel Almeida, na condução dos trabalhos, fazendo com que a Comissão cumpra com os seus objetivos e que possa proporcionar as condições favoráveis ao crescimento, desenvolvimento, geração de emprego e renda para o país.

Também foi aprovado o Acordo de Procedimentos 2018 da CDEICS, que “Estabelece regras e condições específicas para a organização e o bom andamento dos trabalhos da Comissão, nos

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Deputado Jorge Côrte Real, 1º vice-presidente da Cdeics

termos do art. 51 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD)”.

O presidente Daniel Almeida deu continuidade à pauta da ordem do dia da Comissão, sendo aprovado o parecer do relator deputado Vitor Lippi ao PL 6461/2016, do deputado Celso Panseira, que “altera as Leis nº 8.010, de 29 de março de 1990, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e 13.019, de 31 de julho de 2014, para instituir medidas de desburocratização no segmento de Ciência, Tecnologia e Inovação”.

OTÁVIO LEITE DEFENDE MAIS DIVULGAÇÃO SOBRE CRÉDITO PARA MICROEMPREENDEDORES

Por iniciativa do deputado Otavio Leite (RJ), a Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara discutiu nesta quinta-feira (24) a implementação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). A audiência teve como objetivo atualizar a discussão sobre o tema e encontrar meios para que a lei seja aplicada na prática. Novas regras para o microcrédito passaram a vigorar em março. Leite foi relator, na Câmara, das mudanças que ampliaram a abrangência do recurso para os microempreendedores.

25/05/2018

Após ouvir as instituições financeiras, o deputado afirmou que não são cogitadas novas mudanças na lei. Para ele, o mais importante é fazer com que o máximo de pessoas sejam alcançadas e tenham acesso a recursos para empreender e, com isso, gerar emprego e renda. “Hoje temos mecanismos muito mais facilitados para se ter acesso ao microcrédito. Acontece que o Brasil precisa divulgar a existência desse recurso”, apontou.

O deputado afirma que o desafio é fazer com que a sociedade conheça a existência dessa possibilidade de crédito, ainda não propagada pelos bancos aos microempreendedores. Segundo destacou, apenas 10% dos 20 milhões de microempreendedores brasileiros já obtiveram os recursos.

“Precisamos ampliar isso. É algo que não custa muito, desde que haja uma política pública de divulgação, que chame atenção das pessoas, indo às comunidades para oferecer a quem está empreendendo essa oportunidade de melhorar seu

Cléia Viana/Câmara dos Deputados



Deputado Otávio Leite (PSDB-RJ)

serviço, seu produto”, disse, ao destacar que hoje as pessoas recorrem ao cheque especial ou cartão de crédito para melhorarem seus negócios e acabam se endividando completamente devido aos juros exorbitantes. Tudo por não saberem que têm a possibilidade de obter um microcrédito com taxas baixas.

O representante do Ministério do Trabalho, Luiz Henrique Machado, destacou que a pasta tem procurado fazer um monitoramento da eficácia do programa para que o recurso seja transformador da realidade, já que o foco é a geração do trabalho e renda por meio do microempreendedor. Um objetivo, segundo ele, é atingir quem não tem acesso ao sistema bancário, inclusive em locais distantes, para que também possa empreender e contar com a possibilidade do microcrédito.

Representantes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica demonstram que as instituições têm disponibilizado duas linhas de crédito dentro das regras do microcrédito produtor com taxas e prazos acessíveis. A Caixa, por exemplo, oferece crédito de até R\$ 15 mil, em até 24 parcelas e com taxas de, no máximo, 3,5%.

O Consultor do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central (Bacen), Cleofas Salviano Junior, afirmou que o saldo de operações de microcrédito foi de R\$ 5,1 milhões

em março, o que representa 0,17% de todo o crédito do país. “É algo muito pequeno, sobretudo diante das necessidades dos microempreendedores, que são mais de 20 milhões. Esse é um elemento fundamental para a gente refletir”, disse.

Com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, o governo editou uma Medida Provisória no ano passado que ampliou a abrangência da lei do Microcrédito. Ela foi relatada pelo deputado Otavio Leite na Câmara e aumentou, de R\$ 120 mil para até R\$ 200 mil, o limite de renda ou receita bruta anual para enquadramento de pessoas físicas e jurídicas. O objetivo é agilizar o empréstimo e aumentar o universo de beneficiados.

O parlamentar pretende ouvir outros bancos, agências de fomento, empresas de tecnologia financeira e empreendedores. “Precisamos dar continuidade a esse debate até que o máximo de pessoas conheçam e tenham acesso a esses recursos facilitados para fazer com que seus negócios vão adiante”, afirmou. O parlamentar defende que os bancos públicos usem 40% de sua publicidade para divulgar o microcrédito. Segundo ele, essa é uma forma eficaz de movimentar a economia.

Matéria: Djan Moreno

Fonte: www.otavioleite.com.br



CDEICS APROVA PL 6387/2016 QUE FACULTA ÀS EMPRESAS MANTER SIMULTANEAMENTE MAIS DE UM PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E RESULTADOS

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços aprovou, na quarta-feira (06/06), o parecer do relator, deputado Vander Loubet (PT-MS), ao Projeto de Lei 6387/16, de autoria do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), o qual “altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências para facultar às empresas manter simultaneamente mais de um programa de distribuição de lucros e resultados”.

07/06/2018

Sérgio Pedro/CDEICS





Defesa do voto pelo relator, deputado Vander Loubet (PT-MS).

Segundo o parecer, o projeto faculta às empresas manterem programa próprio de distribuição de lucros baseado nos seus resultados, de modo complementar ao programa previsto no caput do artigo 2º da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que regula a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa como instrumento de integração entre o capital e o trabalho e como incentivo à produtividade, nos termos do art. 7º, inciso XI, da Constituição.

O texto do projeto original não oferece risco aos trabalhadores, pois não interfere na participação dos trabalhadores nos lucros e resultados – PLR, nos moldes fixados na lei, apenas legaliza a experiência de algumas categorias que negociam planos complementares com seus empregadores, no âmbito das suas negociações coletivas. É nesta esteira que a Lei n. 10.101/2000 mate-

rializa o objeto de negociação entre a empresa e seus empregados como sendo a participação nos lucros ou resultados, além de elencar os procedimentos a serem seguidos e escolhidos pelas partes, de comum acordo, segundo o disposto no art. 2º e seus incisos.

Com esse Projeto de Lei (PL) 6387/16, o objetivo é bem claro, qual seja o de dispor sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados, demonstrando a necessidade de reafirmação explícita sobre a possibilidade de convívio simultâneo de programas de participação no lucro, obviamente com interesses comuns.

O PL 6387/16 seguiu para apreciação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, depois de ter sido aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e na CDEICS.

PROJETO QUE REGULAMENTA A EMISSÃO DE DUPLICATAS ELETRÔNICAS DIVIDE OPINIÕES EM AUDIÊNCIA

A proposta estava na pauta de votações do Plenário e era considerada prioritária pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Durante discussão sobre a matéria, debatedores divergiram, na quarta-feira (6/06), sobre o tema em análise na Câmara dos Deputados, que regulamenta o registro eletrônico de duplicatas (PL 9327/17).

07/06/2018

Sérgio Pedro/CDEICS



Durante audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços – solicitada pelo deputado Aureo (SD-RJ) –, parlamentares questionaram o texto, de autoria do deputado Julio Lopes (PP-RJ).

O presidente da comissão, deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), criticou a rapidez na tramitação da proposta, cuja urgência foi aprovada no dia 29 de maio, e defendeu uma discussão mais aprofundada. O PL 9327/17 estava na pauta do Plenário e era considerado prioritário pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para estimular a retomada da economia.

Duplicata é um título de crédito que, por ter força equivalente a uma sentença judicial transitada em julgado, pode ser executado para cobrar débitos decorrentes de operações de compra e venda de bens e serviços a prazo. A emissão eletrônica, também chamada de escritural, já está prevista no Código Civil (Lei 10.406/02) e na Lei de Protesto de Títulos (Lei 9.492/97).

O projeto em análise cria regulamentação para o registro centralizado de duplicatas eletrônicas e prevê a possibilidade de execução sem a necessidade do protesto em cartório. O texto estabelece ainda que a emissão de duplicata eletrônica será feita exclusivamente por entidades autorizadas pelo Banco Central, conforme diretrizes definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Favoráveis

O consultor do Banco Central, Mardilson Queiroz, disse que o projeto é bem visto na instituição, pois insere as duplicatas no mercado financeiro e de capitais e regulamenta o setor. Pode, assim, ampliar a negociação desses papéis e favorecer quem precisa de dinheiro no curto prazo.

O desconto de duplicatas é uma operação financeira comum em que o comerciante entrega



Dep. Daniel Almeida (PCdoB-BA) defendeu mais debates.

o documento ao banco em troca da antecipação do dinheiro. Ocorre deságio nessa negociação – o montante recebido é menor do que o valor do título –, uma vez que o banco cobra juros e encargos.

O advogado Marcus Vinícius de Lima, representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo, elogiou a proposta. Segundo ele, o texto tende a reduzir a emissão de duplicatas com dados incorretos, evitando riscos para credores e devedores. “Ao permitir a dispensa do protesto, desburocratiza as relações comerciais e incentiva o consumo”, argumentou.

Lima citou pesquisa feita por uma empresa após a Lei 13.476/17, oriunda da Medida Provisória 775/17, segundo a qual a regulamentação do registro centralizado de duplicatas e outros recebíveis teria o potencial de elevar o crédito no País ao patamar de R\$ 480 bilhões.

A advogada Karoline Pereira, representante da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas, também manifestou apoio ao projeto. Ela afirmou que a regulamentação deve facilitar a antecipação das duplicatas junto a bancos e outras



Sérgio Pedro/CDEICS

Advogada Karoline Pereira (CNDL) defendeu o projeto.

instituições financeiras, reduzindo as taxas e os juros cobrados dos lojistas e facilitando a formação de capital de giro para os negócios.

Contrários

Já o advogado e tabelião André Gomes Netto, representante da Confederação Nacional dos Notários e Registradores, criticou a proposta. De acordo com ele, o texto como está fere a Lei Uniforme de Genebra (Decreto 57.663/66), que trata de letras de câmbio e notas promissórias e é aplicada em 90 países. “Seria um grande revés mexer neste time que está ganhando tão bem”, declarou.

Gomes Netto disse que a proposta cria uma anomalia jurídica. A duplicata é emitida pelo credor (fornecedor do bem ou serviço) e, para ser executada, é preciso o aceite do devedor (comprador do bem ou serviço). O texto em análise, explicou, permite a execução sem que o devedor seja informado, para que eventualmente venha a questionar a medida.

“A única forma de alguém virar devedor é quando um agente oficial com fé pública intima pessoalmente o sacado”, afirmou. Isso só acontece, continuou, quando há o protesto do título em cartório. “Fala-se em notificação por meio eletrônico, por e-mail, mas essa tecnologia, que é boa, ainda tem falhas”, continuou.

Gomes Netto informou ainda que, nos 12 meses entre abril de 2017 e março de 2018, foram protestadas cerca de 15,9 milhões de duplicatas em todo o país, o equivalente a 2% do total em

circulação no mesmo período – um montante de R\$ 28,3 bilhões. Das protestadas, 10,3 milhões foram pagas, disse, ressaltando que em 2/3 dos casos o prazo médio foi de três dias úteis.

Emenda

O professor Marlon Tomazette, do Uniceub (Centro Universitário de Brasília), afirmou que o projeto tem méritos, mas concordou com Gomes Netto. “O protesto é fundamental na atual legislação, caso contrário não se comprova a dívida, e a dispensa dele poderia causar abusos”, sustentou. Ele defendeu emenda apresentada na comissão que unifica a cobrança das custas do protesto – no devedor, como prevê a jurisprudência –, pois alguns estados não têm legislação neste sentido.

Conforme Tomazette, a duplicata é um título genuinamente brasileiro, que outros países tentam copiar. Neste contexto, os deputados Daniel Almeida, Aureo, Dagoberto Nogueira (PDT-MS) e Rogério Peninha Mendonça (MDB-SC) criticaram a proposta. “O protesto tem de ser mantido”, afirmou Almeida. “Não entendo porque querem mudar, ninguém ganha com isso”, declarou Nogueira.

Reportagem - Ralph Machado

Edição - Marcelo Oliveira

Fonte: Agência Câmara

Sérgio Pedro/CDEICS



MINISTÉRIO DEVE PEDIR URGÊNCIA PARA PROJETO QUE PROÍBE MICROESFERAS DE PLÁSTICO EM COSMÉTICOS

Em alguns países, como Reino Unido, Nova Zelândia e Suécia, a proibição já está valendo ou e entrará em vigor em breve. O Ministério do Meio Ambiente pode pedir urgência para a votação do projeto de lei que proíbe a fabricação e a venda de produtos de higiene e cosméticos com microesferas de plástico (PL 6528/16). Essas esferas são usadas, por exemplo, em produtos para esfoliação da pele. O tema foi discutido pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados com representantes do setor e do governo, a pedido do deputado Sergio Vidigal (PDT-ES).

07/06/2018

Cléia Viana/Câmara dos Deputados



Defensores da proibição argumentam que as microesferas poluem rios e oceanos; relator diz que produtos de higiene são responsáveis por apenas 0,1% das micropartículas de plástico lançadas no meio ambiente.

Entre as justificativas para proibir as microesferas, está a poluição dos rios e dos oceanos por produtos plásticos. Cerca de 8 milhões de toneladas de plástico são lançadas anualmente nos oceanos e 80% da água potável do mundo está contaminada com microplástico, o que pode gerar intoxicações com consequências desastrosas a longo prazo.

A representante do Ministério do Meio Ambiente na audiência, Letícia Reis de Carvalho, disse que o órgão defende um prazo para a indústria se adaptar, mas acha que o projeto é pertinente. “Eu vou levar [o assunto] para o Ministério do Meio Ambiente para que possamos ver como atuar nesse caso. O pedido de urgência é sempre uma maneira mais efetiva de tramitação.”

A gerente de assuntos técnicos da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec), Renata Amaral, afirmou que o setor apoia a causa e vem trabalhando com governos e organismos para substituir as microesferas plásticas em três anos.

Segundo ela, os requisitos previstos numa lei podem, com o tempo, ser superados por novas descobertas que ficariam engessadas pela legislação. “A gente entende que [colocar isso em lei] pode prejudicar os estudos e a substituição.”

Interferências no metabolismo

Maria Izabel Chiamolera, da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, afirmou que há poucos estudos a respeito do assunto. Mas, segundo ela, as pesquisas indicam que esse tipo de substância pode interferir no metabolismo e na reprodução humana, provocando diabetes e obesidade.



Letícia Reis, Coordenadora-geral do Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

“Essas substâncias podem agir até abaixo das doses consideráveis tóxicas pelos órgãos reguladores. Nossa preocupação aqui não é banir as substâncias químicas, mas que elas sejam melhor reguladas, melhor estudadas para vermos os efeitos dela na saúde humana.”

O autor do projeto, Mário Heringer (PDT-MG), afirmou que não quer prejudicar as indústrias. “Eu não faço projeto pra prejudicar ninguém. Então não há aqui nenhuma conotação de enfrentamento, mas uma preocupação de fazer um projeto que todos nós nos beneficiemos dele.”

Reportagem - Luiz Cláudio Canuto
Edição – Natalia Doederlein
Fonte: Agência Câmara

O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

O papel do Sistema Financeiro, dos bancos públicos e do BNDES no desenvolvimento.

13/06/2018

Em mais uma rodada de debates sobre temas importantes para o Parlamento e a sociedade brasileira, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) discutiu o financiamento para o desenvolvimento econômico.

A convidada para palestrar foi a professora Maria de Lourdes Rollemberg Mollo, do Departamento de Economia e pesquisadora do Núcleo de Economia do Turismo do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (UNB). Ela foi eleita membro associado da World Academy of Art and Science (WAAS). A docente é a primeira mulher brasileira a ocupar essa posição na WAAS. Criada em 1960, a WAAS conta com parceiros de diferentes nacionalidades que se destacaram nas áreas de artes, ciências sociais, naturais e humanas. A academia funciona como um fórum de cientistas, artistas e estudiosos, que discutem os problemas da humanidade em nível mundial.

Segundo a professora Maria de Lourdes Rollemberg Mollo, não há consenso entre os economistas sobre a política de investimento. A visão neoliberal dominante, dita ortodoxa, vê os bancos públicos sem importância no desenvolvimento, e bancos privados como intermediários entre poupadores e investidores, com a lógica de mercado garantindo a eficiência da alocação de recursos. Já a visão heterodoxa, contrária ao neoliberalismo econômico, vê como importante

Sérgio Pedro/CDEICS



A professora Maria de Lourdes explica os mecanismos financeiros

o papel dos bancos privados e dos bancos públicos no desenvolvimento econômico.

A professora Mollo afirma que, para os economistas ortodoxos neoliberais, a taxa de juros alta não é ruim, pois o viés é de taxa de juros alta para estimular a poupança para aumentar a oferta de empréstimos para os investimentos, sendo assim, são viabilizados os investimentos mais rentáveis. Por outro lado, os economistas heterodoxos antiliberais defendem estimular o investimento com viés de taxa de juros baixa, assim, aumenta a oferta e cresce a demanda por empréstimos. Se a taxa de juros é baixa para um maior número de investidores, as expectativas de lucro serão maiores que a taxa de juros, e a decisão de investir é tomada. Bancos públicos são importantes ao oferecer empréstimos a juros baixos. Já os bancos privados que visam o lucro, preferem taxas de juros alta, mesmo que o investimento tenha queda.



Deputado Helder Salomão (PT-ES) parabeniza a iniciativa de discutir o papel estratégico dos bancos públicos.

Importância dos bancos públicos

A professora Maria de Lourdes Rollemberg Mollo defendeu a atuação dos bancos públicos no sistema financeiro para forçar a redução dos juros privados pela concorrência e financiar o investimento estatal, estimulando a economia. Investir sem objetivo de lucro, criando emprego e renda. Concluiu dizendo que tanto os bancos públicos quanto os privados ganham com uma política monetária e fiscal que incentive o investimento com taxas de juros baixas. E que o BNDES tem papel fundamental na política de empréstimos com juros baixos contribuindo para o crescimento da economia brasileira.

O deputado Antonio Balhmann (PDT-CE) questionou por que só os bancos públicos teriam o papel de financiar o desenvolvimento. Lamentou o desinteresse do setor privado em investir no desenvolvimento do Brasil, assim, como acon-

tece em outros países, onde os bancos privados financiam o investimento, e aqui não querem ter risco financeiro.

A deputada Erika Kokay (PT-DF) reforçou o papel dos bancos públicos citando a Caixa Econômica Federal que é a principal financiadora do crédito habitacional no sistema imobiliário brasileiro, por isso, defendeu uma política justa para o desenvolvimento do país. Já o deputado Helder Salomão (PT-ES) parabenizou a iniciativa da audiência pública e salientou que a atual política governamental está gerando incertezas na economia do Brasil.

O presidente da CDEICS, deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), destacou a importância de realizar debates na Comissão sobre temas tão relevantes como o financiamento do desenvolvimento no país e o papel desempenhado pelos bancos públicos no sistema financeiro nacional, principalmente, no atual momento de crise econômica que é enfrentada pelo Brasil.

COMISSÃO APROVA CRIAÇÃO DE ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO (ZPE) PARA PORTO ALEGRE, PASSO FUNDO E PELOTAS

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) aprovou, na quarta-feira (20/06), vários pareceres do deputado Covatti Filho (PP-RS). Foram três projetos de lei que receberam do relator parecer favorável para criação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) em alguns Estados.

20/06/2018

Os três projetos de lei, de autoria do deputado João Derly (Rede-RS), são: PL 5883/16, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em Passo Fundo (RS); PL 5886/16, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em Porto Alegre (RS) e o PL 5887/16, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em Pelotas (RS).

O deputado Covatti Filho (PP-RS) também teve outro parecer aprovado na CDEICS, referente ao PL 10146/18, que "altera o Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, para dispor sobre a marcação de embalagens de cigarros destinados à exportação, de autoria do Poder Executivo".



Sérgio Pedro/CDEICS

Deputado Covatti Filho (PP-RS)

POLÍTICA EXTERNA E INSERÇÃO INTERNACIONAL

04/07/2018

Sérgio Pedro/CDEICS



Senhor Abrão Neto fala do comércio exterior e balança comercial brasileira.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) realizou em 2018 o Painel “Política Externa e Inserção Internacional”. Os convidados para falar sobre o tema foram Abrão Neto, secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e David Kupfer, pesquisador do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ).

O economista David Kupfer tratou da competitividade industrial e do desenvolvimento, falando sobre o encadeamento entre indústria e serviços de alta qualificação via inovação e diferenciação de produtos. Kupfer disse que a chamada “servitização” da indústria ocorre devido às mudanças tecnológicas e organizacionais. Concluiu sua apresentação defendendo uma re-pactuação, incluindo o pacto federativo, o pacto público-privado, o pacto social, o pacto capital-trabalho e o pacto internacional.

O secretário Abrão Neto apresentou o atual quadro da balança comercial brasileira, onde o

saldo é positivo e elencou as prioridades do comércio exterior para 2018. Segundo ele, o foco é o seguinte: facilitação de comércio; acordos comerciais; acordos de investimentos; apoio ao exportador; promoção da cultura exportadora e drawback. Neto informou ainda sobre a mudança no cenário do portal único da Siscomex e as assinaturas dos acordos de cooperação e facilitação de investimentos com sete países/blocos.

O presidente da CDEICS, deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), afirmou que os painéis da Comissão têm como objetivo contribuir para os grandes debates da sociedade, ajudando assim na reflexão sobre esses temas importantes para a superação da crise que o país enfrenta. O parlamentar questionou os palestrantes sobre os principais blocos econômicos e suas indefinições, tendo em vista as mudanças unilaterais das grandes potências mundiais. Após as considerações finais dos convidados, o deputado agradeceu a valiosa contribuição dada e encerrou a audiência pública.

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E MERCADO DE TRABALHO

Sérgio Pedro/CDEICS



Deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA) defende a valorização da indústria nacional e do trabalho.

11/07/2018

A discussão acerca da precarização dos direitos trabalhistas foi destaque da audiência pública sobre o Desenvolvimento Produtivo e Mercado de Trabalho, painel promovido pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) em 2018.

O debate teve como palestrantes Max Leno de Almeida, supervisor do Escritório Regional do Distrito Federal do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (Dieese) e Paulo Vinicius Santos da Silva, secretário de Relações do Trabalho da Central das Trabalhadoras e dos Trabalhadores do Brasil (CTB).

O sindicalista Paulo Vinicius fez duras críticas ao governo e disse que a causa da atual crise no Brasil é o processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff em 2016. Na avaliação do dirigente sindical, “para debater o desenvolvimento produtivo e mercado de trabalho tem de se levar em consideração a crise política”. Concluiu ressaltando que é necessário fazer um retrospecto de como se deu a crise atual.

Ele denunciou ainda o fim da proteção dos trabalhadores e trabalhadoras com a aprovação da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17), que retirou direitos previstos na Consolidação das Leis

do Trabalho (CLT). Esse processo vem destruindo as empresas nacionais. Santos da Silva concluiu dizendo que “é preciso um pacto nacional de desenvolvimento para o país, com a participação de todos os setores da sociedade, principalmente, entre quem produz e quem trabalha”.

Segundo Max Leno de Almeida, “o mundo do trabalho e os trabalhadores são atingidos, e de forma ainda mais grave, os pobres e precarizados”. Almeida afirmou que a financeirização da economia, as mutações patrimoniais das empresas, a concentração da renda e da riqueza e a revolução tecnológica colocam todos os setores produtivos em processo de mudanças radicais no capitalismo contemporâneo.

O supervisor do Dieese acrescentou também que os resultados macroeconômicos têm levado a significativas revisões para baixo das projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no ano corrente. Relatou que a expectativa de crescimento do PIB de 2018 iniciou o ano, em 2,64%, e, agora, (em 15 de junho) está em 1,79%.

Para Almeida, outro problema é que a taxa de investimento se encontra nos patamares mais baixos da série histórica das contas trimestrais (16% do PIB), sendo absolutamente insuficiente para promover a volta do crescimento econômico sustentável. Alertou ainda que o desempenho do mercado de trabalho é fundamentalmente determinado pelas condições macroeconômicas e que as mudanças propostas, além de não serem uma resposta ao desemprego, levariam a uma deterioração das condições de trabalho e de vida dos brasileiros. Disse que “o movimento sindical está desafiado a construir mobilizações e lutas que recoloquem a centralidade do trabalho para o desenvolvimento, com equilíbrio ambiental, gerando bem-estar e qualidade de vida para todos”.

O presidente da CDEICS, deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), considerou que os palestrantes apresentaram duas abordagens distintas, mas que convergem, porém com foco diferente. Parabenizou o representante da CTB pela firmeza em apresentar o contexto político que desencadeou toda a crise no Brasil. O parlamentar disse também que a exposição do supervisor do Dieese foi muito gratificante, pois trouxe dados importantes para o conhecimento de todos da Comissão sobre a realidade brasileira, e aponta caminhos que poderão tirar o país da atual situação de crise econômica.

Na ocasião, Daniel Almeida lembrou dos oito meses de vigência da Reforma Trabalhista e avaliou o resultado da nova legislação: a piora das relações trabalhistas e o desmonte da estrutura sindical, deixando as entidades sem condições de defender os direitos dos trabalhadores. O deputado concordou com as sugestões apresentada pelos convidados. Ao final da audiência, agradeceu a contribuição para o debate sobre o desenvolvimento produtivo e o mercado de trabalho.

Sérgio Pedro/CDEICS



CDEICS ENCERRA PRIMEIRO SEMESTRE ELEGENDO O SEGUNDO E O TERCEIRO VICE-PRESIDENTES DA MESA DIRETORA DA COMISSÃO

Depois de um semestre produtivo, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS), encerrou o primeiro semestre de 2018 em 11 de julho, elegendo o segundo e o terceiro vice-presidentes da mesa diretora da Comissão. Conforme acordo de Lideranças, o deputado Helder Salomão (PT-ES) concorreu para a vaga de segundo vice-presidente e o deputado Antonio Balhmann (PDT-CE) para a vaga de terceiro vice-presidente, sendo eleitos por unanimidade com 10 votos.

18/07/2018

Sérgio Pedro/CDEICS



Deputado Helder Salomão (PT-ES) eleito 2º Vice-presidente ao lado do Deputado Jorge Corte Real, 1º Vice-presidente

Na mesma reunião, o Projeto de Lei 74/15, de autoria do deputado Pompeo de Mattos (PD-T-RS), que dispõe “sobre a obrigatoriedade de as casas noturnas distribuírem preservativos aos frequentadores e dá outras providências”, relatado pelo deputado Joaquim Passarinho (PSD/PA), foi rejeitado.

Foram aprovados ainda requerimentos. Entre eles está o de nº 171/18, de autoria dos deputados Goulart (PSD-SP) e Otavio Leite (PSDB-RJ), que “requer realização de audiência pública para apurar possíveis violações da Legislação Nacional, principalmente as funções próprias do sistema financeiro, por concessionárias de energia elétrica, não enquadradas como instituição financeira, pela criação e credenciamento de estabelecimentos comerciais, não autorizados pelo Banco Central, para recebimento de contas de energia elétrica e prática abusiva na cobrança de tarifas adicionais”.



Deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), presidente da CDEICS, anuncia o resultado da votação.

Também aprovado, o Requerimento nº 172/18, de autoria do deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA), que “requer a realização de Audiência Pública da CDEICS para debater a questão da contratação pelo Banco do Brasil de serviços de Cobrança Extrajudicial”,

Outra proposta aprovada foi o Requerimento nº 173/18, de autoria dos deputados Vitor Lippi (PSDB-SP) e Otavio Leite (PSDB-RJ), que “requer a realização de Seminário na cidade de São Paulo, para debater o Blockchain (protocolo de confiança), seu uso na gestão pública e governança digital, no desenvolvimento econômico, entre outras aplicações, vantagens e riscos”, incluindo a participação do professor Adrien Kemmer Cernev, especialista na matéria, e indicando o nome do professor Marcelo Leonard, como representante da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Balanco Geral

O primeiro semestre encerra seus trabalhos legislativos com uma boa produção neste ano de

Copa do Mundo e eleições gerais. Foram ao total 12 reuniões deliberativas; cinco painéis setoriais, três audiências públicas, um painel na cidade do Rio de Janeiro e dois seminários, um na cidade do Rio de Janeiro e outro em Salvador (BA).



Deputado Antonio Balhmann (PDT-CE) eleito 3º Vice-presidente da CDEICS.

ENTIDADES E GOVERNO DEFENDEM O ACORDO DE MADRID EM AUDIÊNCIA PÚBLICA DA CDEICS

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços reiniciou os trabalhos do segundo semestre, na terça-feira (7/08), realizando um debate produtivo sobre marcas e patentes com representantes da sociedade civil e do governo.

13/08/2018

Sérgio Pedro/CDEICS



Audiência pública destinada a debater sobre o “Protocolo referente ao Acordo de Madri, relativo ao Registro Internacional de Marcas e o Regulamento Comum do Acordo de Madri”, matéria objeto do PDC nº 860/2017 foi proposta pelo deputado Júlio Lopes (PP-RJ) e pelo presidente da CDEICS, deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA).

O evento contou com a presença dos palestrantes Rafael Moreira, secretário de Inovação e Novos Negócios do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC); Daniel Roberto Pinto, chefe da Divisão de Propriedade Intelectual do Ministério de Relações Exteriores (MRE); Odilson Luiz Ribeiro e Silva, secretário de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); José Graça Aranha, presidente da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI); Paulo Parente Marques Mendes, delegado da Asociación Interamericana de la Propiedad Intelectual no Brasil (ASIPI); Luiz Otávio Pimentel, presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI); Carlos Eduardo Abijaodi, diretor de Desenvolvimento da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Gabriel Francisco Leonardos, 1º vice-presidente da Associação Brasileira dos Agentes de Propriedade Intelectual (ABPI); Ricardo Fonseca de Pinho, presidente da Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial (ABAPI); Luiz Henrique do Amaral, representante da Associação Brasileira de Franchising (ABF); Rodrigo de Medeiros Paiva, representante da Maurício de Sousa Produções.

Todos os 11 palestrantes foram unânimes em pedir a aprovação do Protocolo de Madri, com ajustes que garantam a isonomia de condições para as empresas brasileiras em relação às internacionais.

Esse acordo internacional permite o registro de marcas comerciais, já garantido em seus países de origem, em todos os cerca de 120 países integrantes do tratado, que representam 80% do comércio internacional. Isso possibilita uma redução de custos, menos burocracia e a garantia de que essas marcas comerciais serão protegidas nos mercados internacionais.

José Graça Aranha, diretor regional da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, ressalta as vantagens do Protocolo de Madri:

“Não tem nenhum ponto negativo, não. É uma opção que a empresa brasileira vai ter para apresentar sua marca no exterior. Se ela não quiser apresentar pelo Protocolo - a um custo muito menor, a um prazo muito mais rápido -, ela pode continuar pela via tradicional, que é a via existente hoje, pagando mais, pagando em moedas diferentes, demorando um processo muito mais longo. São as duas opções que ela vai ter. Uma opção não exclui a outra. É mais uma porta que se abre, é uma porta que favorece a uma melhora do ambiente de negócios aqui no Brasil.”

Daniel Almeida está otimista quanto à votação da proposta:

“Eu percebi aqui um grau de consenso sobre o mérito, bastante expressivo, e uma convergência também sobre a oportunidade da votação. Depende de acertos finais que o relator se encarregará de produzir, e eu tenho convicção que é possível votar ainda este ano.”

O relator da proposta (PDC 860/17) que ratifica o Protocolo de Madri para o registro internacional de marcas comerciais, deputado Lucas Vergílio (Solidariedade-GO), apresentou em maio o seu parecer, favorável à aprovação. Caberá a ele incluir os ajustes sugeridos durante a audiência.

PARLAMENTARES, PRÁTICOS E ESPECIALISTAS DEFENDEM MODELO DE REGULAÇÃO

Sérgio Pedro/CDEICS



Deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP) conduz a mesa da audiência pública sobre serviço de praticagem no Brasil.

17/08/2018

Em audiência pública na Câmara dos Deputados, no dia 9 de agosto de 2018, a Praticagem do Brasil mostrou-se unida e firmemente contrária ao projeto de lei que altera o modelo regulatório da atividade, que, comprovadamente, vem garantindo segurança e eficiência à navegação. Parlamentares e especialistas em regulação ouvidos também foram a favor da manutenção desse modelo.

A necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre o tema é consenso entre a maioria dos palestrantes presentes. Para Osvaldo Agripino, advogado na Agripino & Ferreira Advogados e Consultoria, atualmente inexistente uma regulação econômica eficaz e a liberdade de preços no serviço de praticagem deve ser limitada. Reconhece, entretanto, a necessidade de estudos que demonstrem o impacto da redução no custo dos serviços.

Gesner de Oliveira, sócio da GO Associa-

dos, destacou que a falta de necessidade de intervenção governamental em um mercado que se autorregula; a impossibilidade de fixar um preço justo a todos em um país que conta com áreas de praticagem tão heterogêneas e um risco social elevado (que ainda não foi analisado) definem a sua contrariedade à proposta. Otávio Fragozo, presidente da FENAPRÁTICOS, disse que a regulação de preços de uma atividade privada, como a praticagem, pelo governo é ilegal e reforçou que a responsabilidade sobre a segurança do tráfego aquaviário cabe à Marinha do Brasil.

Por sua vez, Gustavo Henrique Martins, presidente da CONAPRA, explicou que o conselho não é contra a regulação, mas se preocupa com o modelo a ser adotado, visto que não se pode comparar a realidade brasileira com de outros países e atentou que a discussão pode causar uma instabilidade jurídica, ressaltando que o tomador de ser-

viços não é obrigado a aceitar o preço máximo.

Para o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Mário Povia, fixar preços talvez não seja uma medida ideal e eficaz. Afirmou que uma eventual regulação deve ser amplamente discutida e defendeu a prestação do serviço adequado, o que implica na segurança do serviço.

O vice-almirante Roberto Carneiro Cunha, representante da Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil (DPC), evidenciou o apoio do órgão ao texto do Projeto de Lei 8535/17 e ressaltou a alta qualidade do serviço prestado pelos práticos.

O deputado Hermes Parcianello (MDB-PR) compareceu ao evento e se declarou um defensor do setor. O deputado preside a Frente Parlamentar de Logística de Transporte e Armazenagem (FREN-LOG) e se colocou à disposição dos práticos.

Solicitada pelo Deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP), a audiência foi promovida no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, onde tramita a proposta, do deputado Julio Lopes (PP-RJ).

A ausência de convidados, como a Associação Brasileira dos Cruzeiros Marítimos (CLIA BRASIL),

o Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (SYNDARMA) e o Centro Nacional de Navegação (CENTRONAVE) foi destacada, de forma negativa e reiteradas vezes, pelo deputado Vinicius Carvalho, que demonstrou descontentamento por não terem sequer mandado representantes.

Outro encaminhamento, definido na reunião, será a solicitação para tramitação conjunta deste projeto com o PL 2149/15, de autoria do Deputado Raimundo Gomes (PSDB-CE), que se encontra na Comissão de Viação e Transportes (CVT), ideia apoiada por Vinicius Carvalho e Benjamin Maranhão (MDB-PB). No entanto, este pedido será analisado pela Mesa Diretora e precisa ser aprovado pelo Presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Todos os apresentadores foram unânimes em afirmar a excelência da prestação do serviço da Praticagem do Brasil, especialmente o diretor de Portos e Costas, Vice-Almirante Roberto Gondim Carneiro da Cunha, representante da Autoridade Marítima. “É uma atividade, sem dúvida alguma, essencial”, destacou o diretor.

Fonte: www.portosmercados.com.br



COMISSÃO APROVA PERCENTUAL MÍNIMO DE PÃES DE MICROINDÚSTRIAS LOCAIS NA MERENDA ESCOLAR

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (17/10), proposta que obriga estados e municípios a aplicarem pelos menos 5% dos recursos do programa de merenda escolar, repassados pelo governo federal, na compra de produtos de panificação elaborados por micro e pequenas indústrias locais.

19/10/2018

A medida está prevista em um substitutivo do deputado Rubens Otoni (PT-GO) ao Projeto de Lei 7745/17. O projeto original, de autoria do deputado Danilo Cabral (PSB-PE), não traz percentual específico, limitando-se a determinar a compra de produtos da pequena indústria de panificação local.

Merenda escolar é o nome que ficou conhecido o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que é administrado pelo Ministério da Educação. Os recursos do programa são transferidos diretamente às prefeituras e governos estaduais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Atualmente, a lei da merenda escolar (Lei 11.947/09) determina que, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo fundo para a aquisição de alimentos sejam usados em compras diretas de agricultores familiares e empreendedores familiares rurais. O texto aprovado mantém esse percentual, e cria um percentual adicional, de 5% dos recursos repassados, para compra de pães, bolos e outros produtos feitos no município ou estado.

Vantagens

O relator elogiou o projeto, lembrando que



Cléia Viana/Câmara dos Deputados

Rubens Otoni (PT-GO): a medida vai estimular um importante setor da economia.

produtos feitos de farinha de trigo possuem ferro e ácido fólico, elementos importantes na alimentação de crianças e adolescentes. “A utilização de recursos repassados pelo FNDE para a compra de produtos panificáveis fabricados por micro e pequenos empreendedores enriquece a dieta dos estudantes e estimula um importante setor da economia”, disse Rubens Otoni.

Fonte: Agência Câmara

PANORAMA E PERSPECTIVAS DA INDÚSTRIA BAIANA:

Tendências, desafios e oportunidades para o Setor Automotivo e Setores de Petróleo, Gás e Petroquímico

21/11/2018

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados (CDEICS) promoveu debate sobre as perspectivas da indústria baiana no setor automotivo, de petróleo, gás e petroquímico.

“A finalidade deverá ser lançar luz ao futuro e buscar os caminhos para o desenvolvimento nacional, com mais investimentos, expansão econômica e aperfeiçoamento de dispositivos legais e regulatórios”, explicou o deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), presidente da Comissão, que pediu a realização do evento.

Foram convidados para discutir o assunto, entre outros, o superintendente de Desenvolvimento Produtivo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia, Jean Freitas; o 1º vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Rogélio Golfarb; e o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fernando Figueiredo.

O panorama econômico geral da Bahia foi apresentado por Jean Freitas. Ele disse que a Bahia é 4º estado do Brasil em população, com 15,4 milhões habitantes (2017), ocupando 6,7% da área total do Brasil e 36,3% da área da Região Nordeste.

Segundo Freitas, a economia baiana partici-



Deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA) reinicia os painéis sobre o Desenvolvimento Nacional.

pa com 4,1% no PIB do país. Foram R\$ 258,6 bilhões em 2016, posicionando a Bahia em sexto lugar entre os estados brasileiros em termos de PIB. O superintendente comentou ainda que a dinâmica econômica está concentrada em quatro polos dinâmicos, sendo eles o papel e celulose; atividade industrial; fruticultura e produção de grãos.

Ele informou também que foi 3,4% a participação das exportações da Bahia no Brasil, em 2018, e 46,1% foi a participação das exportações baianas no Nordeste no mesmo período. A Bahia foi 7º maior produtor do Brasil, em valor de produção de culturas agrícolas em 2017, e o 4º maior produtor de frutas do país em valor.

Daniel da Silva Mota, gerente de Tecnologia e Inovação do Senai-Cimatec, agradeceu e parabenizou a iniciativa do deputado Daniel Almeida em realizar o debate sobre o setor industrial da Bahia. Falou da importância de analisar a temática. Disse ainda que o desafio para o setor industrial é a indústria 4.0 e como os avanços tecnológicos poderão criar oportunidades para os trabalhadores baianos e para os empresários. Apresentou os projetos desenvolvidos pela Cimatec.

Em outro momento, Luís Eduardo Duque Dutra, economista e professor adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), mostrou a importância da Bahia na indústria brasileira. Destacou que o gás natural é a ponte para o futuro e que o Brasil importava metade do petróleo, queimava quase todo o gás natural, mas, era praticamente autossuficiente em derivados e químicos. Falou que ainda temos campos maduros abandonados e áreas inexploradas e que campos maduros sem escala não interessam às multinacionais. Ressaltou que as Bacias do Nordeste ainda guardam mais de 200 milhões de barris recuperáveis, enquanto a Bacia de Campos guarda mais de 400 milhões de barris recuperáveis.



Presidente da CDEICS, Daniel Almeida (PCdoB-BA), ressalta a importância dos debates sobre desenvolvimento.

Dutra considerou muito importante o descobrimento do Pré-Sal, sendo, fora do Oriente Médio, o maior potencial para descoberta de jazidas gigantes e grandes volumes de gás natural associado. Revelou que é triplo o desafio da política petrolífera: Abandono prematuro; Reservas encalhadas e Novo ciclo exportador. A longo prazo, ele citou o gás natural associado do pré-sal; área inexplorada nas bacias sedimentares e recursos naturais renováveis em abundância. Concluiu apontando os desafios na Bahia: 1.) Política de recuperação de jazidas em terra: abertura do mercado às independentes; desinvestimento da Petrobrás e devolução de áreas; 2) Gás natural: diversificação das fontes de abastecimento; não convencional (Recôncavo e São Francisco); terminal de liquefação e Biometano. 3) Base industrial e cadeia de valor: refino; petroquímica e gás-química.

Para Fernando Figueiredo, presidente executivo da Abiquim, a indústria química brasileira é forte e diversificada. Ele apresentou dados sobre o setor e que o Brasil tem uma vocação





natural para a indústria química, por ser um país rico em petróleo, gás, biodiversidade, minerais e terras raras. O setor gera 2 milhões de empregos diretos e indiretos; 3º maior setor industrial do PIB; 8ª maior indústria química do mundo; 10% do PIB industrial e US\$ 119,6 bilhões de faturamento líquido.

Figueiredo afirmou que os exemplos falam por si mesmos. Salientou ainda a importância econômica do Pólo Petroquímico de Camaçari-BA, que representa 20% do PIB da Bahia; 90% arrecadação de Camaçari; 45 mil empregos diretos e indiretos; 30% da produção do pólo é para exportações; R\$ 1 bilhão em ICMS para o Estado.

Por outro lado, o executivo da Abiquim avaliou os desafios. Para ele, é necessário encerrar com o círculo vicioso e estagnação, caminhando para o fornecimento atual condicionado ao equacionamento da matriz energética.

Na avaliação de Rogélio Golfarb, 1º vice-presidente da Anfavea, a participação da indústria no PIB tem reduzido nos últimos anos, mas a indústria de transformação, que inclui o setor automotivo,

vem contribuindo para recuperação da economia.

Golfarb falou que a fabricação de veículos é a principal responsável pela recuperação da produção industrial na Bahia. O setor automotivo na Bahia tem uma fábrica de veículos (Ford), uma fábrica de motores (Ford), um centro de engenharia (Ford), 28 autopartistas. São 183 Concessionárias e 212 mil Veículos Produzidos (2017), sendo 7,8% do volume nacional e 66,1% do total do Nordeste.

Carlos Danilo Almeida, assessor de estudos técnicos da FIEB, fez uma retrospectiva da participação da Produção de Petróleo da Bahia no Brasil (1942 – 2018) e falou que mais importante que o operador do poço são os empregos, royalties e os negócios que são gerados na atividade de exploração de petróleo. A atividade de petróleo na Bahia é rentável e tem elevado potencial para crescer, gerando efeitos diretos sobre toda a economia. Para isso, é preciso que haja investimentos no aumento da produtividade dos campos maduros. Estudos mostram que um aumento da produção de petróleo gera grandes impactos na economia do estado.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REJEITA REGULAMENTAR VENDA DE FAST-FOOD EM ESTÁDIOS

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços rejeitou o Projeto de Lei 7568/17, do deputado Felipe Bornier (Pros-RJ), que regulamenta a venda e o consumo de fast-food – refeições preparadas e servidas em curto espaço de tempo – em estádios, arenas esportivas e arredores.

28/11/2018

Pela proposta, o fornecedor deverá ser habilitado pela vigilância sanitária, Corpo de Bombeiros e Polícia Militar para esse tipo de comércio. Além disso, as embalagens não podem gerar risco aos torcedores.

Quem descumprir as normas poderá ter o serviço suspenso de 30 a 360 dias ou mesmo ser proibido de vender fast-food. A fiscalização será feita pela secretaria estadual de Esportes ou órgão similar.

Para o relator na comissão, deputado Goulart (PSD-SP), há problemas no projeto como a dificuldade do poder público de dar autorizações para funcionamento desse tipo de estabelecimento a tempo. “Isso traria uma limitação ao exercício da atividade comercial das pessoas físicas e jurídicas atingidas pela medida, contra a qual não há instrumentos de proteção”.

Outro problema, segundo Goulart, é a de vendedores ambulantes de alimentos se adequarem às normas existentes. “Um aprofundamento das restrições pelo poder público poderá ter efeitos adversos sobre o emprego e a renda desse grupo de pessoas”, disse.

Goulart criticou também o fato de o projeto delegar à secretaria de esportes estadual a com-

Sérgio Pedro/CDEICS



Para o deputado Goulart (PSD-SP), o projeto traz limitação ao exercício da atividade comercial de pessoas físicas e jurídicas.

petência para fiscalizar o cumprimento da lei e não à área de vigilância sanitária.

Tramitação

Como o texto já foi aprovado pela Comissão de Esportes, a proposta perdeu o caráter conclusivo por causa de pareceres divergentes. Com isso, o texto segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. E, depois, para o Plenário.

Reportagem - Tiago Miranda

Edição - Roberto Seabra

Fonte: Agência Câmara

PANORAMA E PERSPECTIVAS DA INDÚSTRIA BAIANA:

Tendências, desafios e oportunidades para os Setores da Mineração, Energia Renovável e Agropecuária.

28/11/2018

Sérgio Pedro/CDEICS



Deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA) encerra o ciclo de painéis sobre o desenvolvimento nacional: entraves e soluções.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados (CDEICS) discutiu, em 2018, as perspectivas da indústria baiana. Desta vez, o debate focou os setores da mineração, energia renovável e agropecuária.

Foram convidados para debater o assunto, entre outros: Rafael Avena, Diretor Técnico da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM); Manoel Valério, diretor presidente da Mineração Caraíba S/A; Laís da Cunha Maciel, diretora de Desenvolvimento de Negócios da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia (SDE/BA) e Sandro Yamamoto, diretor técnico da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica).

“Propor e organizar debates sobre variados temas vinculados ao desenvolvimento econômico brasileiro é de alta significância em um momento

de definições dos rumos econômicos para o país”, explica o deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), presidente do colegiado, que solicitou a realização da audiência.

Em sua exposição, Manoel Valério, falou que trabalha com minérios de cobre e ouro produzindo concentrado de cobre e bullion. A Mineração Caraíba é a principal empregadora da região, gerando 3.219 empregos diretos, sendo 1.719 próprios e mais de 1,5 mil terceiros. Já na adutora MCSA, em sua área de influência, há mais de 110 mil pessoas beneficiadas direta ou indiretamente com o abastecimento de água bombeada do Rio São Francisco. O diretor da Mineração Caraíba concluiu dizendo que o total estimado de contribuição para o Brasil e Bahia para os próximos 5 anos são mais 1,2 mil empregos diretos e posições, incluindo terceiros, além de mais R\$ 625



Sérgio Pedro/CDE/ICS

milhões a mais em taxas e royalties. A previsão é também mais R\$ 1,6 bilhão em pagamentos de fornecedores para serviços e materiais e mais R\$ 4,3 bilhões relativos à venda de concentrado para a metalurgia de Salvador (BA).

Rafael Avena afirmou que a Bahia é um celeiro de oportunidades e apresentou dados sociais e econômicos: comércio exterior de US\$ 13 bilhões (exportação e importação), sendo 54% do total na Região Nordeste e 3,7% do comércio brasileiro. É a sexta economia do Brasil e o quinto destino preferencial do investimento estrangeiro. Entre 2009 e 2018, foram gerados 300 mil novos empregos.

Segundo o diretor técnico da CBPM, atualmente a Bahia é o estado brasileiro com maior número de requerimentos de áreas e o quinto em produção mineral (mais de R\$ 2 bilhões em 2017). “Nosso objetivo é tornar-se o quarto colocado até 2020, pois a Bahia é um dos estados brasileiros com maior potencial para investimentos em mineração. As áreas da CBPM são responsáveis atualmente por mais de 20% da produção mineral baiana, e o nosso objetivo é alcançar 30% até 2020”, destacou Avena.

Na audiência, Sandro Yamamoto, diretor técnico da Associação Brasileira de Energia Eólica, fez a apresentação da empresa, que foi funda-

da em 2002. A ABEEólica é uma instituição, sem fins lucrativos, que congrega e representa o setor de energia eólica no Brasil. Desde sua fundação, ela contribui, de forma efetiva, para o desenvolvimento e o reconhecimento da energia eólica como uma fonte limpa, renovável, de baixo impacto ambiental, competitiva e estratégica para a composição da matriz energética nacional.

Yamamoto afirmou que a nova capacidade proporcionou um crescimento, ao Brasil, de 19% em comparação à 2016. O Brasil tem o maior fator de capacidade do mundo, com 70% acima da média mundial. A matriz elétrica brasileira (GW) é 82% renovável e 18% não renovável. A indústria eólica brasileira tem capacidade produtiva de 4 GW/ano (80% nacionalizada), mais de 1.000 fornecedores de peças e componentes. Viabilização de 1,25 GW (RN: 742MW e Bahia: 508MW) de capacidade eólica, em 48 projetos. A energia eólica representou 50,3% de toda a venda no leilão. A Bahia cadastrou 7,18GW em 257 projetos eólicos.

Durante os debates, a diretora da SDE/BA, Lais Cunha Maciel Lafuente relatou que os investimentos, de 2007 a 2018, foram de US\$ 56,8 bilhões em 1.195 dos projetos, na Bahia, e na grande Salvador, foram 31% dos investimentos em 36% dos projetos, gerando 27% de empregos. No interior do Estado, foram 69% dos investimentos em 64% dos projetos, gerando 73% dos empregos. Já os investimentos em implantação (2018-2020) serão de US\$ 7,3 bilhões em 333 dos projetos, gerando 24.560 dos empregos. Na grande Salvador, serão 11% dos investimentos em 20% dos projetos, gerando 30% dos empregos. Já no interior do Estado, serão 89% dos investimentos em 80% dos projetos, gerando 70% dos empregos. O Estado da Bahia é o 1º no ranking da comercialização no Brasil com 31% de todos os projetos comercializados em energia eólica.

PESCA ESPORTIVA ENTRA NA PAUTA DO CONGRESSO NACIONAL

Sérgio Pedro/CDEICS



Deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP) preside a audiência sobre pesca esportiva.

05/12/2018

No dia 04 de dezembro de 2018, a Câmara dos Deputados promoveu audiência pública intitulada: “A pesca esportiva como instrumento inteligente de utilização consciente do patrimônio natural brasileiro, de desenvolvimento regional, de geração de renda, inclusão social e de proteção ao meio ambiente.”

A audiência que foi iniciativa do deputado federal Vinicius Carvalho (PRB-SP) contou com a presença de diversas autoridades e especialistas no assunto, dentre eles o Presidente da ANEPE, Antonio Carlos Araujo, e do secretário nacional de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Dayvsson Franklin de Souza, além do IBAMA.

Fruto das articulações que a ANEPE desenvolve, a referida audiência foi mais um passo rumo ao reconhecimento da pesca esportiva/recreativa como uma alternativa social, ambiental e economicamente viável para contribuir no desenvolvimento do Brasil com sustentabilidade.

Além da exposição de estatísticas sobre o que a atividade movimenta no mundo, apresen-

tou-se o potencial que tem de movimentar no Brasil, desde que sejam adotadas políticas públicas que propiciem, em especial, fomento e segurança jurídica a investidores privados.

Pactuou-se entre os participantes a realização de nova audiência ou mesmo um evento de maior envergadura, a se realizar no início do próximo ano, articulando-se a partir desse momento a criação de uma “bancada parlamentar e Frente Parlamentar da Pesca Esportiva-Recreativa”, além da previsão de, no governo de Jair Bolsonaro, dotar-se a Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura de uma melhor estruturação organizacional para as questões da pesca esportiva/recreativa, com a criação de uma diretoria específica.

A ANEPE prossegue em sua missão de contribuir para o desenvolvimento do país com base em uma agenda que tenha a pesca esportiva/recreativa como indutora de boa gestão dos recursos naturais, geração de renda e inclusão social.

Fonte: www.anepe.org.br

COMISSÃO AUTORIZA EMPRESAS ESTRATÉGICAS DE DEFESA A USAR DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL PARA FINANCIAR PROJETOS

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4897/16, do ex-deputado Wadson Ribeiro, que pretende permitir às empresas estratégicas de defesa usar os direitos de propriedade intelectual e industrial como garantia para financiamento de programas, produtos, projetos e ações relativas à defesa nacional.

10/12/2018

O texto em análise na Câmara dos Deputados altera a Lei 12.598/12, que trata de normas especiais para compras, contratações e desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa e prevê regras de incentivo à área estratégica de defesa.

O relator, deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), recomendou a aprovação do projeto. “A propriedade intelectual é um dos motores da economia mundial, e os fluxos financeiros decorrentes de aluguel, venda ou do próprio uso de uma patente, ou demais formas de propriedade intelectual, são de grande valor”, disse o parlamentar.

Vitor Lippi apresentou uma emenda para reforçar mecanismos que minimizem a chance de sobrevalorização de patentes. “Determinar a maior transparência possível na avaliação é o mecanismo básico fundamental para que os agentes públicos, ao aceitarem patentes como garantia dos financiamentos, estejam devidamente emba-



Sérgio Pedro/CDEICS

Vitor Lippi (PSDB-SP): emenda vai reforçar mecanismos que minimizem a chance de sobrevalorização de patentes.

sados nas melhores práticas internacionais de avaliação dessa propriedade intelectual”, afirmou.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo, já foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara

PRESIDENTE DA CDEICS APRESENTA BALANÇO DAS ATIVIDADES DE 2018

Deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados, apresentou, na quarta-feira (12/12), um balanço das atividades de 2018. Os números demonstraram o bom desempenho da Comissão, que foi elogiada pelos seus membros na última reunião do ano legislativo.

13/12/2018

Sérgio Pedro/CDEICS



Daniel Almeida (PCdoB-BA) agradeceu a equipe técnica da CDEICS pelo trabalho exemplar em 2018.

Daniel Almeida agradeceu aos deputados Jorge Corte Real (PTB-PE) e Helder Salomão (PT-ES), membros da mesa diretora da CDEICS e ao deputado Vitor Lippi (PSDB-SP) em

nome de todos os membros da comissão, pelo excelente trabalho realizado, pela forma cordial e harmoniosa que as deliberações foram tratadas nesse período, onde várias matérias foram deliberadas, com votos favoráveis e contrários. Mesmo com as divergências, o clima sempre foi tranquilo nas decisões, afirmou.

Os números dizem por si só: foram 42 reuniões, sendo 22 deliberativas; 15 audiências públicas; três seminários e outros eventos. No ano, foram apreciados 79 projetos, destes 45 aprovados e 34 rejeitados.

Daniel Almeida finalizou agradecendo a confiança dos pares e se dizendo gratificado por coordenar os trabalhos na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, contribuindo para soluções no campo do desenvolvimento nacional.

O deputado Helder Salomão parabenizou o presidente Daniel Almeida pela condução dos trabalhos de maneira equilibrada, firme e objetiva. Tal atitude, segundo o Deputado, permitiu debater as matérias com profundidade e, ao mesmo tempo, deliberar sobre temas importantes para a



Deputado Vitor Lippi (PSDB-SP) agradeceu em nome dos membros da Comissão o excelente trabalho da equipe técnica e a seriedade do Presidente Daniel Almeida (PCdoB-BA).

população brasileira. “E, em especial, para o desenvolvimento da indústria, do comércio, enfim, da economia”, concluiu Helder Salomão.

Já o deputado Vitor Lippi parabenizou todos os membros da Comissão e o presidente pelo papel desempenhado à frente da CDEICS, tendo atitude democrática, participativa e valorosa. Parabenizou também a equipe técnica da Comissão. Finalizou afirmando que o colegiado cumpriu seu bom papel, trazendo debates de matérias relevantes para o interesse econômico e social do país, bem como para o empreendedorismo e a segurança jurídica.

O deputado Jorge Côrte Real também parabenizou os membros da Comissão. A equipe técnica que exerce um excelente trabalho no auxílio aos parlamentares e com isso dando tranquilidade aos deputados. Parabenizou ainda o presidente Daniel Almeida pela maneira gentil de tratar, pela organização e disciplina. Disse também que a presidência da Comissão na sua gestão será sempre

bem avaliada, porque produzimos o de melhor nesta casa. Falou ainda que termina o ano com a grande sensação de dever cumprido na CDEICS, onde criou condições para o desenvolvimento econômico do país, gerando emprego, com garantia de renda e segurança.

Na reunião, foram aprovados três pareceres da pauta do dia, o parecer do deputado Vitor Lippi ao PL 3401/2008, de autoria do deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), que “disciplina o procedimento de declaração judicial de desconsideração da personalidade jurídica e dá outras providências”; o parecer da deputada Keiko Ota (PSB-SP) ao PL 8224/2017, de autoria do deputado Francisco Floriano, que “Cria o Selo Empresa Cidadã” e o parecer do deputado Jorge Côrte Real ao PL 7436/2017, de autoria do deputado Carlos Bezerra (MDB-MT), que “acrescenta §§3º e 4º ao art. 136-A e altera o art. 253, ambos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), nos termos em que especifica”.

PROPOSIÇÕES APROVADAS 2018



Proposição	Ementa	Comissão	Situação	Data Tramitação
PDC 711/2017	Aprova a programação monetária para o quarto trimestre de 2016.	CDEICS	Aprovada	04/07/2018
PDC 773/2017	Aprova o texto do Protocolo de Revisão da Convenção Internacional para a Simplificação e a Harmonização dos Regimes Aduaneiros (Convenção de Quioto Revisada), celebrada em 18 de maio de 1973, e emendada em 26 de junho de 1999, composto do texto revisado da Convenção (Apêndice I), do Anexo Geral à Convenção (Apêndice II), e dos Anexos Específicos e Capítulos que constam do Apêndice III: A - Capítulo 1 (Chegada da Mercadoria ao Território Aduaneiro), B - Capítulo 1 (Importação Definitiva), C (Exportação Definitiva), D - Capítulo 1 (Depósitos Aduaneiros) e J - Capítulo 1 (Viajantes).	CDEICS	Aprovada	18/04/2018
PDC 851/2017	Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos para o Reconhecimento Mútuo da Cachaça e da Tequila como Indicações Geográficas e Produtos Distintivos do Brasil e do México, respectivamente, celebrado na Cidade do México, em 25 de julho de 2016.	CDEICS	Aprovada	18/04/2018
PDC 860/2017	Aprova os textos do Protocolo referente ao Acordo de Madri relativo ao Registro Internacional de Marcas, adotado em Madri, em 27 de junho de 1989, e do respectivo Regulamento Comum do Acordo de Madri relativo ao Registro Internacional de Marcas e do Protocolo concernente a esse Acordo, bem como a formulação das declarações e notificações que especifica.	CDEICS	Aprovada	07/11/2018
PDC 892/2018	Aprova a programação monetária para o terceiro trimestre de 2017.	CDEICS	Aprovada	11/07/2018
PDC 1010/2018	Aprova o texto do Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Intra-Mercosul, assinado em Buenos Aires, em 7 de abril de 2017.	CDEICS	Aprovada	05/12/2018
PL 120/2015	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código do Consumidor - para fazer constar, nas embalagens de inaladores de medicamentos, o número de doses que restam.	CDEICS	Aprovada	28/11/2018
PL 1566/2015	Dispõe sobre o cadastro nacional do registro comercial, e dá outras providências.	CDEICS	Aprovada	07/11/2018
PL 1721/2015	Altera dispositivos da Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, inseridos pelo art. 142, da Lei no 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	CDEICS	Aprovada	28/11/2018
PL 3548/2015	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os fabricantes de bebidas exibirem o valor das embalagens e os procedimentos para recompra e reciclagem nos rótulos dos vasilhames.	CDEICS	Aprovada	16/05/2018
PL 3813/2015	Obriga as empresas produtoras, distribuidoras e envasadoras de garrafas de tereftalato de polietileno (PET) ou plásticas em geral a desenvolver programas de reciclagem, reutilização ou reaproveitamento desses produtos.	CDEICS	Aprovada	16/05/2018
PL 4737/2016	Cria a Zona Franca da Indústria Calçadista, nas condições que estabelece.	CDEICS	Aprovada	31/10/2018

PL 4897/2016	Acrescenta o Art. 12-A na Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, para permitir que a propriedade intelectual sirva de garantia de acesso aos benefícios de financiamentos previstos em Lei.	CDEICS	Aprovada	05/12/2018
PL 5491/2016	Modifica a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, para permitir a dedução de valores gastos com programas de alimentação do trabalhador por pessoas jurídicas tributadas na sistemática do lucro presumido e Simples Nacional.	CDEICS	Aprovada	25/04/2018
PL 5505/2016	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que "Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências"	CDEICS	Aprovada	07/11/2018
PL 5883/2016	Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.	CDEICS	Aprovada	20/06/2018
PL 5886/2016	Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	CDEICS	Aprovada	20/06/2018
PL 5887/2016	Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.	CDEICS	Aprovada	20/06/2018
PL 6387/2016	Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que "Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências", para facultar às empresas manter simultaneamente mais de um programa de distribuição de lucros e resultados.	CDEICS	Aprovada	06/06/2018
PL 6461/2016	Altera as Leis nº 8.010, de 29 de março de 1990, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e 13.019, de 31 de julho de 2014, para instituir medidas de desburocratização no segmento de Ciência, Tecnologia e Inovação.	CDEICS	Aprovada	23/05/2018
PL 6528/2016	Proíbe a manipulação, a fabricação, a importação e a comercialização, em todo o território nacional, de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumaria que contenham a adição intencional de microesferas de plástico, e dá outras providências.	CDEICS	Aprovada	28/11/2018
PL 7172/2017	Dispõe sobre a cobrança de tarifa reduzida para motos em estacionamentos privados de shoppings, centros comerciais ou estabelecimentos semelhantes.	CDEICS	Aprovada	25/04/2018
PL 7534/2017	Modifica o art. 2º da Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994, para ampliar a abrangência da Área de Livre Comércio de Cruzeiro do Sul - ALCCS, no Estado do Acre	CDEICS	Aprovada	17/10/2018
PL 7563/2017	Institui regime especial de tributação aplicável a pessoa jurídica que contrate empregado pertencente a família beneficiária do Programa Bolsa Família.	CDEICS	Aprovada	25/04/2018
PL 7745/2017	Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, quanto à aquisição local de produtos panificáveis no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar.	CDEICS	Aprovada	17/10/2018

PL 7946/2017	Acrescenta artigo à Lei nº 4.503, de 30 de novembro de 1964, para determinar a cassação da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de empresas que façam uso direto ou indireto de trabalho escravo.	CDEICS	Aprovada	25/04/2018
PL 8201/2017	Acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994, que dispõe sobre o contrato de franquia empresarial (franchising).	CDEICS	Aprovada	13/06/2018
PL 8224/2017	"Cria o Selo Empresa Cidadã".	CDEICS	Aprovada	12/12/2018
PL 8239/2017	Altera a Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para estabelecer prazo para extinção dos registros do empresário ou da pessoa jurídica em todos os órgãos integrantes da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), após a baixa do registro no órgão executor do registro empresarial ou civil.	CDEICS	Aprovada	16/05/2018
PL 8300/2017	Dispõe sobre a regulamentação e funcionamento dos escritórios virtuais, business centers, coworkings e assemelhados em todo território nacional, e dá outras providências.	CDEICS	Aprovada	16/05/2018
PL 8911/2017	Altera a Lei nº 9.976, de 3 de julho de 2000, que dispõe sobre a produção de cloro e dá outras providências, fixando prazo para a substituição das células de mercúrio por tecnologias de menor potencial poluidor.	CDEICS	Aprovada	08/08/2018
PL 9148/2017	Altera a Lei 8.078, de 1990, para dispor sobre as formas de arredondamento de preços de produtos e serviços praticados no mercado de consumo.	CDEICS	Aprovada	16/05/2018
PL 9283/2017	Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e sobre a carteira de títulos mantida pelo Banco Central do Brasil para fins de condução da política monetária.	CDEICS	Aprovada	06/06/2018
PL 9593/2018	Dispõe sobre restrições à exposição, comercialização e rotulagem da soda cáustica, e dá outras providências.	CDEICS	Aprovada	31/10/2018
PL 9773/2018	Aumenta a pena do crime de cartel praticado por empresas, além de determinar a revogação da licença ou do alvará de funcionamento do estabelecimento em caso de reincidência.	CDEICS	Aprovada	06/06/2018
PL 9996/2018	Torna obrigatória a informação, impressa nos rótulos de artigos de consumo industrializados comercializados no Brasil, da forma de descarte ou de retorno da embalagem e do produto após o consumo	CDEICS	Aprovada	16/05/2018
PL 10044/2018	Altera os artigos 44 e 221 do Código Civil, da Lei nº 10.406/2002, e dá outras providências.	CDEICS	Aprovada	28/11/2018
PL 10146/2018	Altera o Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, para dispor sobre a marcação de embalagens de cigarros destinados à exportação.	CDEICS	Aprovada	20/06/2018
PLP 410/2017	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - Simples Nacional, para instituir percentuais diferenciados para apuração dos tributos abrangidos pelo Regime a empresas industriais que adotem determinados critérios ambientais.	CDEICS	Aprovada	08/08/2018

PLP 492/2018	Altera a Lei Complementar n.º 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.	CDEICS	Aprovada	28/11/2018
SBT 1 CDC => PL 120/2015	- Acrescenta o art. 60-A à Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976, para fazer constar nas embalagens de inaladores de medicamentos a contagem do número de doses.	CDEICS	Aprovada	28/11/2018
SBT-A 1 CMADS => PLP 410/2017	Altera dispositivos da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - Simples Nacional, para instituir percentuais diferenciados para apuração dos tributos abrangidos pelo Regime a empresas industriais que adotem determinados critérios ambientais.	CDEICS	Aprovada	08/08/2018
SBT-A 1 CINDRA => PL 7534/2017	Substitutivo adotado pela Comissão ao PL 7.534 de 2017.	CDEICS	Aprovada	17/10/2018
SBT-A 1 CINDRA => PL 4737/2016	Substitutivo adotado pela Comissão ao PL 4737 de 2016.	CDEICS	Aprovada	31/10/2018
SBT-A 1 CDC => PL 942/2015	Dispõe sobre a cobrança de tarifa reduzida para motos em estacionamentos privados de shoppings, centros comerciais ou estabelecimentos semelhantes.	CDEICS	Aprovada	25/04/2018

EVENTOS



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS			
DATA	TEMA	REQUERIMENTO	AUTOR
23/05/2018	Setor Produtivo, papel do Estado e desnacionalização	156/2018	Daniel Almeida
24/05/2018	Debater a implementação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)", matéria objeto da Lei nº 13.636/2018	152/2018	Otávio Leite
06/06/2018	Debater sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural", matéria objeto do PL 9327/2017	158/2018	Aureo
07/06/2018	Debater a proibição de manipulação, fabricação, importação e comercialização de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumaria que contenham microesferas de plástico", matéria objeto do PL nº 6.528/16	138/2017	Sérgio Vidigal
12/06/2018	A abertura comercial do Brasil como forma de promoção do desenvolvimento econômico do país	154/2018	Giuseppe Vecci e Jorge Côte Real
13/06/2018	O Financiamento do Desenvolvimento Econômico: O papel do Sistema Financeiro, dos bancos públicos e do BNDES no desenvolvimento	156/2018	Daniel Almeida
04/07/2018	Política Externa e Inserção Internacional	156/2018	Daniel Almeida
11/07/2018	Desenvolvimento produtivo e mercado de trabalho	156/2018	Daniel Almeida
07/08/2018	Debater o Protocolo referente ao Acordo de Madri, relativo ao Registro Internacional de Marcas e o Regulamento Comum do Acordo de Madri", matéria objeto do PDC nº 860/2017	167/2018	Daniel Almeida e Julio Lopes
09/08/2018	Debater a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional", matéria objeto do PL 8.535/2017	163/2018	Vinícius Carvalho
04/09/2018	Debater a questão da contratação pelo Banco do Brasil de serviços de Cobrança Extrajudicial	172/2018	Joaquim Passarinho
21/11/2018	Panorama e perspectivas da Indústria Baiana: Tendências, desafios e oportunidades para o Setor Automotivo e Setores de Petróleo, Gás e Petroquímica	156/2018	Daniel Almeida
27/11/2018	Debater as perspectivas da economia nos próximos anos	175/2018	Keiko Ota
28/11/2018	Panorama e perspectivas da Indústria Baiana: Tendências, desafios e oportunidades para os Setores da Mineração, Energia Renovável e Agronegócio	156/2018	Daniel Almeida
04/12/2018	A pesca esportiva como instrumento inteligente de utilização consciente do patrimônio natural brasileiro, de desenvolvimento regional, de geração de renda, inclusão social e de proteção ao meio ambiente	176/2018	Vinícius Carvalho

SEMINÁRIOS			
DATA	TEMA	REQUERIMENTO	AUTOR
07/05/2018	Debater os impactos dos desinvestimentos da Petrobras na indústria nacional, e as consequências na economia da Bahia	153/2018	Daniel Almeida
29/06/2018	Debater o potencial produtivo e comercial do artesanato	160/2018	Otávio Leite
09/08/2018	Blockchain: Seu uso na gestão pública, na governança digital, no desenvolvimento econômico, como nova economia digital, suas aplicações, vantagens e riscos	173/2018	Vitor Lippi e Otávio Leite

PAINEL			
DATA	TEMA	REQUERIMENTO	AUTOR
25/05/2018	Debater o Blockchain (protocolo de confiança), seu uso na gestão pública, no desenvolvimento econômico e no combate à corrupção	151/2018	Otávio Leite

EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS





ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

EMENTA

3 - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas e Artesanato

PROGRAMA

2047 Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil

AÇÃO

2100 Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas e Artesanato

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Empresa apoiada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

3.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa apoiar Micro e Pequenas Empresas, por meio de ações que os auxiliem a superarem algumas das dificuldades através da promoção do seu desenvolvimento.

As micros, pequenas e médias empresas são parte importante da economia, tanto nos setores tradicionais e como nos de tecnologia mais avançada.

As pequenas empresas no Brasil nunca foram tantas e nunca tiveram tanta importância econômica. Segundo um estudo recente publicado pelo SERRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) o Brasil já tem aproximadamente 6 milhões de micro e pequenas empresas (colocando o país no topo dos países mais empreendedores do mundo), esse total de empresas correspondendo a 97% de todas as empresas do país, ficando apenas 3% do total com as empresas médias e grandes.

Capaz de diminuir o grau de vulnerabilidade da economia, através da substituição de importações, da distribuição de renda, da elevação de renda da agricultura e das regiões mais pobres do país. Apoiando à projetos de desenvolvimento de micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais, consubstanciados nos seguintes eixos temáticos:

- 1) apoio às atividades do Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no processo formulação, coordenação, acompanhamento e avaliação da política nacional de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte;
- 2) apoio à inserção competitiva do Brasil na economia mundial mediante apoio às atividades de promoção comercial e de diversificação das exportações das micro e pequenas empresas brasileiras, com ênfase particular em produtos de maior conteúdo tecnológico;
- 3) apoio às atividades de promoção da cooperação técnica e financeira internacional nos temas de interesse de micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais, de forma a garantir a transferência de conhecimentos e melhores técnicas de gestão, produção e comercialização de bens e serviços, bem como nos processos de obtenção de financiamento internacional a projetos de desenvolvimento de micro e pequenas empresas brasileiras;
- 4) apoio às atividades de desenvolvimento e consolidação de metodologias de gestão do conhecimento para micro e pequenas empresas, de forma a potencializar e aprimorar os processos de apropriação por micro e pequenas empresas de conhecimento;
- 5) apoio às atividades de qualificação dos artesãos e multiplicadores em temas que

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

§015 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDEIC



abrangem o manejo da matéria prima, a produção, a divulgação e comercialização artesanal;

6) apoio à identificação de novos espaços mercadológicos adequados à divulgação e comercialização dos produtos artesanais, mediante a participação em feiras e eventos nacionais e internacionais;

7) apoio às atividades de aperfeiçoamento técnico e gerencial de empreendedores formais e informais, de lideranças e de instituições de apoio e representação de microempresas e empresas de pequeno porte (associações, federações e confederações), para melhorias nos processos de gestão e produção e a disseminação da cultura do empreendedorismo formal;

8) apoio aos projetos de desenvolvimento regional e local de micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais, de forma a aumentar a competitividade dos produtos e a inserção comercial dessas empresas nos mercados nacionais incipientes, geradores de inovação, de interface direta com o consumidor final (comércio e serviços finalísticos) e de compras públicas, disseminando e apoiando o uso de instrumentos de inteligência comercial; e

9) apoio à estruturação de espaços físicos de produção artesanal, visando o apoio à organização dos artesãos em associação ou cooperativa, envolvidos em projetos ou esforços para melhorias de gestão do processo do manejo da matéria prima, da produção, de apresentação e embalagem e de divulgação e comercialização do artesanato local associado a rotas turísticas, buscando-se a geração de trabalho e renda, a redução das desigualdades regionais e o desenvolvimento local.

As pequenas empresas no Brasil empregam aproximadamente 52% de todos os trabalhadores urbanos do país (aproximadamente 1) milhões de empregos com carteira assinada) e geram 20% do PIB Brasileiro, sendo também hoje em dia o principal mercado que absorve a mão de obra formada nos cursos de administração de empresas. O Brasil registrou um total de 11.525 micro e pequenas empresas exportadoras, responsáveis por US\$ 2,2 bilhões em exportações.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPONENTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5015 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDEIC



ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

EMENTA

6 - Promoção do Desenvolvimento Industrial

PROGRAMA

2079 Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços

AÇÃO

2106 Promoção do Desenvolvimento Industrial

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Iniciativa implementada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

2.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo impulsionar o crescimento econômico e o emprego do setor industrial através do seu desenvolvimento industrial promovendo a inovação e a competitividade industrial do País. Atuar para contribuir de forma decisiva para consolidação do Brasil como uma das economias mais vigorosas com estratégias de fortalecimento da indústria e a promoção da competitividade.

A globalização e os acordos de liberalização comercial em negociação pelo Brasil (ALCA, Mercosul /UE nova rodada de liberalização da GNC) tornam imprescindível a renovação permanente da competitividade da atividade industrial e da economia como um todo, razão pela qual, correspondentemente, a política industrial também deve ser permanente, sendo continuamente renovada.

A política industrial não se coloca como alternativa ou se contrapõe à execução de políticas e ao desenvolvimento dos demais setores da economia. O desenvolvimento industrial é fator adicional de estímulo ao desenvolvimento da agricultura, dos serviços e das atividades financeiras.

A política e o desenvolvimento industrial não são incompatíveis com a estabilidade inflacionária e o controle das contas públicas, como mostra a experiência de vários países que desfrutam de grande crescimento industrial, praticam ativas políticas industriais e preservam a estabilidade.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPONENTE DE ESTÍMULO

AUTOR DA EMENDA

5015 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDEIC



ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

I - CDEICS - Projeto KC-X - desenvolvimento (AERONÁUTICA)

MODALIDADE DA EMENDA

Comissão

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Comando da Aeronáutica

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

05.151.2058.123B.0001

Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X)

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Aeronave desenvolvida(% de execução física)

QUANTIDADE

1

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	3	300.000.000
TOTAL			300.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	188	9 Reserva de Contingência	90 Aplic. Diretas	0	1	300.000.000
TOTAL						300.000.000

JUSTIFICATIVA

O Projeto KC-X tem por objetivo o desenvolvimento de aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo para substituição das aeronaves C-130 Hércules da Força Aérea Brasileira, fabricadas na década de setenta, e que, devido ao seu envelhecimento e à dificuldade de aquisição de suprimento, apresentam baixa disponibilidade e alto custo de operação.

@A aeronave, que já está sendo desenvolvida, o KC-390, será um importante vetor de integração nacional, capaz de operar em pistas não pavimentadas em qualquer local do planeta, como a Antártica, a Amazônia e o Pantanal. Seus sistemas de autodefesa a tornarão menos suscetível a ameaças em ambiente hostil. Deve constituir-se em uma das mais importantes ferramentas da FAB para cumprir sua missão constitucional e prover mobilidade às Forças Armadas do Brasil, conforme estabelecido na Estratégia Nacional de Defesa.

Além das missões especificamente militares, o KC-390 permitirá ao Estado Brasileiro, por meio da FAB, promover as seguintes ações: apoio a calamidades públicas no território nacional, como enchentes, desabamentos, incêndios etc; apoio e ajuda humanitária internacional a países necessitados ou que sofreram calamidades públicas; apoio de material, mantimentos e transporte de pessoal para a manutenção das ações do Estado Brasileiro em regiões carentes; apoio aos pelotões de fronteira, às reservas indígenas e às localidades de difícil acesso na região amazônica; apoio aos diversos órgãos do estado brasileiro, nas suas necessidades de transporte de material e pessoal, para realização de missões de rotina, inspeções, vistorias, operações, monitoramento e projetos.

O desenvolvimento dessa nova aeronave posicionará o Brasil como protagonista entre os produtores de equipamentos de defesa do mundo, além de possibilitar exportações de um produto de alto valor agregado o que traz grande benefício para a balança comercial.

Os acordos de compensação (off-set) firmados com os fornecedores dos vários países, parceiros do Brasil, no desenvolvimento desta aeronave, principalmente os de transferência de tecnologia que já proporcionam a indústria nacional uma alavancagem para a fabricação de novos produtos com alto valor agregado destinados à exportação, tais como novas aeronaves para os setores civis e militares.

Dessa forma, o desenvolvimento e industrialização do KC-390 vêm atender ao fortalecimento da Base Industrial de Defesa Brasileira, em consonância com a Política de Defesa Nacional, gerando milhares de empregos além de desenvolver tecnologia nacional de ponta.

A falta de recursos para este Projeto pode ocasionar atrasos na aquisição pela Força Aérea Brasileira, conforme o cronograma previsto em contrato com a EMBRAER, podendo gerar grandes prejuízos seja em função do descumprimento dos compromissos contratuais ou pela perda da "janela de oportunidade" para exportação da aeronave, comprometendo sua capacidade de gerar divisas.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5015 - Com. Des Econômico, Ind. e Comércio



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
 PLN 0027/2018 - LOA

Data: 13/12/2018

Hora: 15:50

Página: 12 de 20

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

3 - CDEICS - Promoção do Desenv. de Micro e Peq. Empresas e Artesanato

MODALIDADE DA EMENDA

Comissão

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. Ind. Com. Ext. e Serviços

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

23.691.2047.210C.0001

Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas e Artesanato

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Empresa apoiada(unidade)

QUANTIDADE

50.000

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido		
3	Outras Despesas Correntes	30	Transf. a Est. e ao DF	2	100.000.000
				TOTAL	100.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido		
020000	188	9	Reserva de Contingência	90	Aplic. Diretas	0	1	100.000.000
							TOTAL	100.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por finalidade ampliar o montante de recursos da Ação 201C (Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas e Artesanato), com vistas a executar atividades de apoio e de incentivo ao desenvolvimento de projetos; implantação de sistemas e aplicativos de tecnologia da informação; qualificação dos artesãos, micro e pequenas empresas, empreendedores individuais e potenciais; assessoramento, orientação, formulação e coordenação da política nacional de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte, visando o fortalecimento e expansão desses segmentos.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5015 - Com. Des Econômico, Ind. e Comércio



ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENDA

7 - CDEICS MARINHA DGDNTM ESTALEIRO E BASE NAVAL

MODALIDADE DA EMENDA

Comissão

TIPO DE EMENDA

Aprop. - Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Comando da Marinha

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

05.152.2058.123G.0001

Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Infraestrutura implantada(% de execução física)

QUANTIDADE

3

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	500.000.000
TOTAL			500.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	188	9 Reserva de Contingência	90 Aplic. Diretas	0	1	500.000.000
TOTAL						500.000.000

JUSTIFICATIVA

O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) é um Programa de Estado, estratégico para o país. Trata-se um salto tecnológico com grandes contribuições ao progresso do Brasil.

De elevada complexidade, o PROSUB contempla diversos subprojetos, em diversos locais e com geração direta e indireta de milhares de empregos. A maior parte da tecnologia desenvolvida gera dividendos duais, ou seja, úteis não somente para a Defesa da Pátria mas também para a sociedade diretamente. Exemplo concreto é o desenvolvimento do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB).

No Município de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro, está sendo construído um complexo industrial, composto por uma Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas, dois Estaleiros (de construção e de manutenção), um Complexo de Manutenção Especializada e uma Base Naval, com o objetivo de construir, manter e operar submarinos de propulsão convencional e nuclear. A construção desse complexo permitirá ao Brasil ingressar no seleto grupo de países que possuem a capacidade de projetar, construir e operar submarinos de propulsão nuclear, o que contribui de forma significativa para o avanço científico e tecnológico, para o desenvolvimento econômico, para a geração de empregos de alta qualificação e para a defesa dos interesses do Brasil no mar, especialmente no que se refere à proteção das riquezas lá existentes (recursos minerais e animais), do tráfego marítimo e das regiões costeiras.

No município de Iperó, no Estado de São Paulo, está sendo desenvolvida toda a parte de propulsão dos futuros submarinos nucleares nacionais. Destaca-se, nesse local, o Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (LABGENE).

Assim sendo, a presente emenda tem por objetivo contribuir para o PROSUB, de modo a continuar impulsionando a indústria naval brasileira, com geração de milhares de empregos, e ainda gerando tecnologias duais aplicáveis aos mais diversos setores econômicos.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5015 - Com. Des Econômico, Ind. e Comércio



ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

8 - Ações de Fiscalização INMETRO

MODALIDADE DA EMENDA

Comissão

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

INMETRO

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

22.125.2079.214J.0001

Fiscalização em Metrologia e Qualidade

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Instrumento verificado(unidade)

QUANTIDADE

10

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	90	Aplic. Diretas
		2	352.251.332
TOTAL			352.251.332

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	188	9	Reserva de Contingência	90	Aplic. Diretas	0
						1
TOTAL						352.251.332

JUSTIFICATIVA

@Justificativa da Expansão de Limite para 2019 na Ação 214J - Fiscalização em Metrologia e Qualidade.

Em face da grande extensão territorial brasileira e por sua diversidade, o Inmetro optou por um modelo descentralizado de atuação, delegando, por meio de convênios de cooperação técnica e administrativa, a execução de suas atividades operacionais nas áreas de metrologia legal e de avaliação da conformidade, a órgãos metroológicos regionais (os Institutos Estaduais de Pesos e Medidas – IPEM), constituindo a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade – Inmetro (RBMLQ-I).

Os IPEM's, portanto, recebem o aporte de recursos financeiros do Inmetro com a finalidade de custear a realização dos serviços metroológicos e de avaliação da conformidade no país sob supervisão e coordenação técnica e jurídica daquela Autarquia Federal. A prestação destes serviços, representa cerca de 95% da arrecadação do Inmetro. Para alcançar a receita prevista no PLOA para 2019, cerca de R\$ 721,8 milhões, torna-se imprescindível um aporte de recursos na ação 214J – Fiscalização em Metrologia e Qualidade na ordem de R\$ 40 milhões/mês, sem os quais afetam sobremaneira o desenvolvimento das atividades do sistema Inmetro. Os órgãos delegados possuem capacidade operacional adequada para o desenvolvimento das atividades de campo, e consequentemente de ampliar a arrecadação a patamares superiores aos acima mencionados, desde que sejam disponibilizados os recursos nos valores e momentos adequados.

Dessa maneira, é essencial compreender que a Instituição é um caso singular, uma vez que a ARRECADAÇÃO DO INMETRO É FUNÇÃO DIRETA DO NÍVEL DE SERVIÇOS REALIZADOS PELA RBMLQ-I. Assim, quanto mais recursos o Inmetro aporta aos IPEM, mais esses realizam serviços e, consequentemente, mais arrecadação é gerada.

Em recente análise do impacto da maior liberação de recursos financeiros para o custeio das atividades realizadas pela RBMLQ-I, conforme Nota Técnica nº 15 /SIGE/SE/MDIC/2016, produzida pela Subsecretaria de Informação e Gestão Estratégica do MDIC, foi verificado, com fundamento em modelo econométrico apropriado, a elevada elasticidade da renda gerada (variável dependente) pelos órgãos delegados, em resposta aos recursos liberados, em tempo hábil, para o seu custeio (variável independente).

Registre-se, neste sentido, o que se aponta no sumário da referida Nota Técnica, “verbis”:

“O objetivo do documento é demonstrar que o contingenciamento orçamentário e financeiro nessas entidades não apenas compromete o desempenho dos serviços prestados aos agentes econômicos, prejudicando o ambiente de negócios do país, como subutiliza a capacidade arrecadadora dos mesmos em contribuir com o ajuste fiscal”.

@Continua o prefalado estudo:

“A principal conclusão é de que a “despesa variável” é estatisticamente significativa ao nível de 1% para explicar a “receita total”, com impacto alto e relevante: para cada R\$ 1,00 gasto na despesa variável, há um aumento de R\$ 4,09 na receita total”.

Portanto, além do exposto acima, a redução nos limites para o PLOA 2019 implicará também insatisfação no ambiente comercial e industrial, pela falta de fiscalização apropriada.

Do ponto de vista político, a falta de recursos para o ressarcimento do pagamento das despesas de pessoal da RBMLQ-I nos Estados torna iminente o colapso da Rede do próprio sistema Inmetro, podendo o Tesouro Nacional ter uma perda de arrecadação que poderia ultrapassar a ordem de R\$ 1 bilhão num futuro próximo.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5015 - Com. Des Econômico, Ind. e Comércio

EQUIPE TÉCNICA DA CDEICS

Secretária-Executiva:

Giovanna Francesca Mascarenhas Puricelli

Assessores:

Ana Maria Prestes

Andressa Paranhos Guimarães

Cecília Maria Luli

Elita Henrique de Sousa

Renata Araújo Rodrigues de Amorim

Sérgio Pedro da Silva

Vanderléia Barbosa Gomes

Vanderlucia Bezerra da Silva

Programa Pró-Adolescente (Cesam):

Isabelle Borges da Silva

Pedro Lucas Delpache da Frota

Estagiário:

Lucas Rodrigues Francisco

Contato

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria,
Comércio e Serviços – CDEICS

Câmara dos Deputados, Anexo II, Pav. Térreo, Ala A, Sala T 33
Brasília – DF - CEP 70160-900

Tels. (61) 3216-6602 / 6603 - Fax (61) 3216-6610

Facebook:

www.facebook.com/cdeics.leg



CDEICS

Comissão de
**Desenvolvimento Econômico,
Indústria, Comércio e Serviços**